

Resumo

São Tomé e Príncipe tem tido maior interesse em desenvolver a sua economia e torná-la sustentável a todos os níveis. Deste modo e tendo em conta algumas medidas levadas a cabo pelas autoridades são-tomenses para conseguir o desenvolvimento sustentado, surge este trabalho que tem como principal objetivo investigar o impacto de uma dessas medidas no Investimento Direto Estrangeiro.

A investigação em causa tem como objetivo analisar o impacto da paridade fixa entre o euro/dobra no investimento direto estrangeiro em contexto da atual crise económica internacional; saber o impacto desta paridade para os investidores; descrever e analisar a situação económico-financeira, identificar as medidas de validação da âncora cambial, os resultados, expectativas, etc. Por um lado optou-se pela metodologia descritiva do sistema financeiro e de algumas variáveis chaves no que diz respeito a análise teórica-conceptual, unido a um estudo empírico através de inquérito por entrevistas realizadas a algumas empresas, ao Banco Central e a Câmara de Comércio. Tendo em conta a sequência dos objetivos analisaram-se as respostas, das empresas, do banco central e camara do comércio, que incluíam questões diversificadas através de entrevistas, a qual foram submetidas a uma análise de conteúdo.

O resultado da análise de todos os dados revelou que o país apresenta características macroeconómicas ainda muito frágeis e pouco desenvolvida, situação que poderá invalidar o pressuposto inicial da adoção da âncora cambial. Apesar disso os dados analisados permitiram apurar também que existe um interesse em desenvolver o sistema financeiro e ajustar as variáveis macroeconómicas, já que elas apresentam desequilíbrios visíveis e são instáveis. Para além disso são evidentes a melhoria na educação, saúde, e o turismo continua a ser um dos centros de atenção das autoridades para desenvolvimento sustentado.

Por sua vez, a situação do IDE no país é ainda delicada devido a falta de condições das infraestruturas. Apesar disso, as autoridades querem transformar o IDE num grande pilar de desenvolvimento e transformá-lo numa renda sustentável na economia.

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; âncora cambial; investimento direto estrangeiro; crescimento económico, Crise Económica

Abstract

It has been in Sao Tome & Principe's best interest to develop its economy and to stabilize it. Having looked at this and taking into account some of the measures taken by the authorities to achieve this development, this essay therefore arises to investigate the impact of one of the measures taken in the Foreign Direct Investment.

The addressed investigation has the target to analyse the fixed parity between the Euro and the Dobra in the foreign direct investment relating to the current international economic crisis; describing and analysing the the economic-financial situation, identifying the validation of the currency exchange, results, expectations etc. It is true that in one hand we have opted by the descriptive methodology of the financial system and a few key variables in relation to conceptual-theoretical analysis, as well as undergoing a few interviews with the Central Bank and the Trading Council. Considering the sequence of objectives, the answers of these interviews, which would have included a diverse number of questions, would have been analysed based on content.

The analytical data result revealed that the country demonstrates macroeconomic characteristics which are still unstable and little developed which is a situation which may disable the potential for the currency gap to decrease. Despite this, the analysed data enabled enabled us to see that there is in fact an interest in developing the financial system and in adjusting the macroeconomic variables since they present themselves as unbalanced and unstable. As well as this, it is evident that there are improvements in education, healthcare and it is clear that tourism is still being fully invested on by the authorities in order to achieve a stable development.

As far as the FDI is concerned, its situation is still delicate due the lack of infrastructures. It is not to say however, that the authorities have given up on wanting to transform it into a good development base and a sustainable economic income for the country.

Key words: Sao Tome and Principe, currency exchange, foreign direct investment, economic growth, economic crisis

Agradecimentos

A todos os que, de alguma forma, ajudaram-me e encorajaram durante este trabalho de investigação, os meus sinceros agradecimentos:

Ao Professor Doutor Emanuela Leão, um agradecimento muito especial por ter aceitado orientar esta tese.

A minha querida mama que tanto fez para que tudo isso tenha acontecido e pela eterna compreensão pela minha ausência em São Tomé, demonstrada durante muito tempo.

A todas as empresas que se disponibilizaram para participar nas entrevistas e conceder conteúdos importantes para a investigação.

Aos meus queridos Sobrinhos (que são tantos), que adoro muito.

As minhas manas de coração que amo muito, que sempre estiveram comigo nesta jornada, nos bons e maus momentos, desde a decisão que tive em vir estudar para Portugal. Pelo grande interesse, amor e amizade que depositam em mim.

As minhas queridas irmãs Nanda, Sãozinha, Arlete, Maria Zé e Rosinha que me receberam neste país de braços abertos, mostrando total compressão, afinidade e disponibilidade.

A todos os meus amigos que estiveram por perto, em especial Katie Freitas, Ledmila Castro e Célia Ceita, que sempre tiveram o maior cuidado comigo nesta fase e disponibilidade total para ajudar no que podiam durante esta fase.

Um especial agradecimento a minha irmã Maribel Gomes, minha companheira desde sempre.

Dedico esse pequeno trabalho ao meu falecido pai que incutiu em mim a verdadeira importância da educação e formação.

Índice Geral

Resumo	iii
Abstract	iv
Agradecimentos	v
Índice Geral.....	vi
Índice de Quadro	viii
Siglas.....	ix
1. Introdução	1
1.1 Caracterização de São Tomé e Príncipe.....	5
1.2 Síntese da Economia de São Tomé e Príncipe	5
1.3 Revisão da Literatura.....	8
Capítulo - II Evolução Política, Económica	12
2.1 Evolução Politico- Institucional	12
2.1.1 Consolidação da Democracia e do Estado de Direito	12
2.2 Evolução do Sistema Financeiro	12
2.3 Política Monetária	14
2.3.1 Evolução da Moeda e a Banca.....	15
2.3.2 Taxa de Juro	16
2.4 Política Orçamental	16
2.5 Mercado de Trabalho.....	18
2.6 Acordos Económicos.....	19
2.7 Política Cambial	19
2.7.1 Acordos de Cooperação Cambial (euro/dobra).....	20
Capítulo III - Desenvolvimento Sustentável.....	22
3.1 Evolução no sistema de Ensino	22
3.2 Evolução do Sistema de Saúde	24
3.3 Turismo	25
Capítulo IV - Investimento Direto Estrangeiro.....	27
4.1 Investimento Direto Estrangeiro.....	27
4.2 Fluxos de IDE em STP	28
4.3 Governo e Políticas de atração do IDE	30
4.4 Legislação do IDE.....	31

4.5 As Principais Áreas de Interesse.....	32
4.6 Análise dos Investidores Internacionais	32
Capitulo V- Crise da Divida Soberana na Zona Euro	33
5.1 O Euro.....	33
5.2 Origem e Consequência da Crise.....	34
Capitulo VI – Metodologia e sua Aplicação.....	36
1. Descrição do Estudo.....	36
2. Amostra.....	37
3. Inquérito por Entrevista e Recolha de Dados.....	37
4. Análise de Conteúdo	39
5. Apresentação e Análise dos Resultados.....	39
5.1 Análise e Resultado das entrevistas aplicada às empresas	42
5.2 Análise e Resultado das entrevistas aplicada a Banco Central.....	45
5.3 Análise e Resultado das entrevistas aplicada a Camara de Comercio	46
6. Conclusão.....	48
6.1 Algumas Implicações e Sugestões para investigações futuras	52
7. Referência Bibliográficas	53
Anexos.....	59

Índice de Quadro

Quadro nº1: Sistema Financeiro de STP.....	12
Quadro nº2: Estrutura do Sistema de Ensino	19
Quadro nº3: Estrutura do Sistema de Ensino.....	22
Quadro nº5: Clima de Investimento em STP.....	29
Quadro nº6: categoria e Subcategoria para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas ao BCSTP.....	40
Quadro nº7: categoria e Subcategoria para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas a CCAIS.....	41
Quadro nº8: categoria e Subcategoria para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas às empresas.....	42

Siglas

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

EAA - Empresas Estatais de Agricultura

PRSP – Estratégia Provisória de Redução de Pobreza

PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

STP – São Tomé e Príncipe

ENRP – Estratégia Nacional de Redução de Pobreza

FMI – Fundo Monetário Internacional

RMC – Reservas Mínimas de caixa

BCSTP – Banco Central de São Tomé e Príncipe

CCAIS – Camara do Comercio, Agricultura, Industria e Serviços

ME – Moeda Estrangeira

MN – Moeda Nacional

BNSTP – Banco Nacional de São Tomé e Príncipe

PIB – Produto Interno Bruto

ENCO – Empresa Nacional de combustíveis e Óleos

EMAE – Empresa de Agua e Eletricidade

INESTP – Instituto Nacional de Estatística de São Tomé e Príncipe

PRGF – Redução da Pobreza e Crescimento

BAD – Banco Africano de Desenvolvimento

HIPC – Programa para Países Altamente Endividados

NAP – Norma de Aplicação Permanente

BCE – Banco Central Europeu

PAM – Programa Alimentar Mundial

AMI – Assistência Médica Internacional

DGTA – Direção Geral de Turismo e Hotelaria

BM – Banco Mundial

CEMAC – Comunidade Económica e Monetária da Africa Central

USD – Moeda Norte-americana

EURO – Moeda Única Europeia

SME – sistema Monetário Europeu

UEM – União Económica e Monetária

ONG – Organização Não Governamental

OGE – Orçamento Geral do Estado

IRS – Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares

IRC – Imposto sobre Rendimento de Pessoas coletivas

1. Introdução

Este trabalho de investigação pretende saber qual o impacto da Paridade cambial entre o euro/dobra no Investimento Direto Estrangeiro em São Tomé e Príncipe, no contexto da atual crise económica Internacional.

Como já foi referido, este estudo aborda o impacto da âncora cambial entre o euro e dobra no investimento direto estrangeiro, analisando o comportamento de algumas variáveis-chaves para o desenvolvimento económico tais como a taxa de câmbio, inflação, taxas de juro, passando em revista o sistema financeiro a política monetária, desenvolvimento sustentável (considerando o sistema de ensino, saúde e o turismo) e o enquadramento do IDE. Isto é, foi feita uma análise estrita de todo tipo de argumento que possa mostrar um “ambiente confortável” ou não, para os supostos benefícios previstos a quando da adoção da paridade cambial em 2010.

A escolha desse tema deve-se ao facto de São Tomé e Príncipe ter uma economia de subsistência muito fraca e depender na sua grande maioria de importações de quase todos os produtos transformados. Tendo em conta interesses cada vez maiores de investidores externos para São Tomé e do próprio país em adotar certas medidas de desenvolvimento económico e captação do IDE, torna-se relevante inteirarmos de ideias que se calhar seria o ponto de partida para ver a relação construída de desenvolvimento entre São Tomé e nesse caso particular com a Europa, no Investimento Direto Estrangeiro vindo de Europa.

Considero de igual modo importante fazer uma correspondência entre esta associação com o facto de os mesmos fixarem as suas moedas que em termos gerais teria objetivo de sustentar a relação entre STP e Europa. Daí a intenção de relacionar o efeito da paridade cambial entre as moedas euro e dobra. Saber o impacto desta paridade no IDE para São Tomé e Príncipe.

A política de câmbios representa a ação dos poderes públicos visando modificar a taxa de câmbio da moeda nacional. Atualmente essa política é usada com o intuito de travar o aumento da inflação. Para a visão socialista clássica, as diferentes autoridades

monetárias concorrem pela oferta de moedas de alta qualidade. As que apresentam moedas mais estáveis exercem pressão para que as outras façam o mesmo.

O processo de integração da economia mundial registou, nas quatro décadas anteriores à I Guerra Mundial, um avanço surpreendente. Sob a hegemonia Inglesa e a estabilidade cambial do padrão-ouro, os empréstimos internacionais e os investimentos diretos desenvolveram-se a uma cadência nunca antes vista (Reis, 2010).

Após a segunda guerra mundial, o mundo ficou diferente, as grandes potências europeias ficaram fragilizadas, os Estados Unidos sobressaíram como uma grande potência militar e económica. Com o fim do império colonial, juntou-se a uma lógica de integração concorrencial do mundo capitalista. O IDE correspondia às estratégias de penetração dos mercados locais e de exploração dos baixos custos de produção (Reis, 2010).

A literatura económica evidencia ter descoberto agora o processo de internacionalização. A questão das multinacionais e da divisão internacional do trabalho é frequentemente abordada como se tratasse de fenómenos novos. A circulação de mercadoria é o ponto de partida, pois a existência de um sistema monetário internacional provém do desenvolvimento da produção e da troca mercantil, assim como do papel da moeda que lhe está intimamente ligado. Algumas características fundamentais que lhe são inerentes definem com precisão, que a moeda está indissolúvelmente ligada à circulação da mercadoria. Esta circulação não pode existir sem a intervenção da moeda, (Zarifian, 1978).

Neste trabalho, as principais referências são Paul Krugman, Philippe Zarifian, Emanuel Leão, Pedro Leão&Sérgio Lagoa, Mário Murteira, Philipp Bagus e Laurence Bardin. Irei aplicar a metodologia desenvolvida por Laurence Bardin, no que toca a análise de conteúdo, das entrevistas realizadas as empresas, ao banco central e a camara do comércio por forma analisar a paridade cambial com o Investimento Direto Estrangeiro.

Muitos economistas afirmam que sem estabilidade de preços, é difícil alcançar a estabilidade macroeconómica, logo, não se pode pensar num desenvolvimento económico sustentado. Sendo assim, as autoridades são-tomenses em conjunto com o Banco Central de São Tomé e Príncipe têm como objetivo principal conseguir a estabilidade macroeconómica, através da estabilidade do preço. Para tal, adotou-se o sistema de paridade cambial, fixando a sua moeda (Dobra) em relação a uma moeda de referência (Euro), que tenha como é o caso, a inflação baixa, contribuindo deste modo

para a estabilidade de preços e diminuição da inflação. Por outro lado, sabe-se que quando se adota uma política de âncora cambial, o país fica limitado em promover políticas orçamentais expansionistas (Leão&Lagoa, 2011). Um outro problema que surge em relação a adoção da taxa de câmbio fixa é o uso limitado da taxa de juro de referência para combater os possíveis desequilíbrios nos comportamentos macroeconómicos internos, já que, BCSTP não poderá mais usar com sempre essa taxa de juro para combater esses desequilíbrios (Leão, Lagoa;2011).

Foi usada a metodologia descritiva do sistema financeiro e de algumas variáveis chaves no que diz respeito a análise teórica-conceptual, juntando-se a um estudo empírico através de inquérito por entrevistas realizadas a algumas empresas, ao Banco Central e a Camara de Comercio.

O resultado da análise de todos os dados revelou que o país apresenta características macroeconómicas ainda muito frágeis e pouco desenvolvida, situação que possa invalidar o pressuposto inicial da adoção da âncora cambial.

Apesar disso os dados analisados permitiu apurar também que existe um interesse em desenvolver o sistema financeiro e ajustar as variáveis macroeconómicas, já que elas apresentam desequilíbrios visíveis e são instáveis. Para além disso são evidentes a melhoria na educação, saúde, e o turismo continua a ser um dos centros de atenção das autoridades para desenvolvimento sustentado. A situação do IDE no país é ainda delicada devido à falta de condições de infraestruturas, apesar de tudo isso, as autoridades querem transformar o IDE num grande pilar de desenvolvimento, ou seja, transformá-lo num rendimento sustentável na economia.

Relativamente a análise de conteúdo das entrevistas efetuadas á empresas e as entidades do BC e CC foi possível constatar que os objetivos são comuns as empresas entrevistadas, isto é, todas elas esperam afirmar-se no mercado são-tomense, ajudar no crescimento económico do país. Consideram positiva a relação cambial entre o euro e dobra, alegando apenas os problemas de desajustes macroeconómicos. A Câmara de Comercio confirma o interesse de muitos investidores e empresas em investir no país, já o Banco Central considera positiva a âncora cambial, com resultados excelentes e está confiante na resolução dos problemas que o euro tem enfrentado.

O trabalho está dividido em seis capítulos. O primeiro faz uma breve síntese da economia são-tomense, no capítulo dois é descrito a evolução política, económica e social, descrevendo a evolução do sistema financeiro, política monetária, orçamental, acordos económicos, política cambial. No capítulo três é analisado o desenvolvimento sustentável, que considerarei como tal, o desenvolvimento do sistema educativo, o sistema de saúde e o turismo. O capítulo quatro faz uma breve apresentação do IDE em São Tomé e Príncipe. O capítulo cinco descreve a história do euro, a origem, causas e consequências da crise. É apresentado no capítulo seis a metodologia usada na investigação, designadamente a aplicação do método de entrevista. Este capítulo está subdividido em cinco secções: 1) descrição do estudo 2) população e amostra 3) inquérito por entrevista e recolha de dados 4) análise de conteúdo e 5) apresentação e análise dos resultados.

1.1 Caracterização de São Tomé e Príncipe

As ilhas de São Tomé e Príncipe estão situadas no Oceano Atlântico, concretamente no Golfo da Guiné a aproximadamente 300 km da Costa Ocidental Africana sobre a linha imaginária do Equador. As duas ilhas e cerca de uma dezena de ilhéus e rochedos do Arquipélago estendem-se por 1001 km², sendo ilhas de origem vulcânica. Verifica-se somente duas estações climáticas: a seca que ocorre entre Junho e Agosto, localmente conhecida por gravana e a estação de chuva que ocorre nos restantes meses.

A ilha de São Tomé, a maior, tem uma área de 859 km², tendo 65 km de comprimento e 35 km de largura, o Príncipe possui uma superfície de 142km², 16km de comprimento e 8 km de largura. A distância entre as duas ilhas é de cerca de 140 km estando a ilha do Príncipe localizada a nordeste de S. Tomé.

O país é uma antiga colónia portuguesa que fora descoberta pelos Navegadores portugueses João de Santarém e Pero Escobar, sendo a ilha de São Tomé a 21 de Dezembro de 1470 e a ilha do Príncipe em Janeiro de 1471. Tornou-se independente de Portugal a 12 de Julho de 1975. A população são-tomense é resultado da miscigenação entre portugueses e nativos oriundos da costa do Golfo da Guiné, Angola, Cabo Verde e Moçambique. A população total, cerca de 163 mil habitantes em 2012, vem crescendo a uma taxa de 2,3 por cento ao ano. Cerca de 37 por cento da população vive em áreas urbanas. A maioria do povo são-tomense fala português (95%), mas são falados três crioulos de base portuguesa diferentes, e alguns dialetos de línguas africanas.

1.2 Síntese da Economia de São Tomé e Príncipe

Logo após a independência, adotou-se uma forma socialista de governar. No final de 1980, a instabilidade política, choques externos adversos, e políticas económicas inadequadas levou a um pior desempenho económico, uma perda de renda per-capita, e uma deterioração das condições de vida da população.

A sua estrutura produtiva, herdada da colonização portuguesa manteve-se praticamente inalterada até 1987. A economia, foi portanto, baseada exclusivamente na monocultura do cacau, cujo funcionamento era da responsabilidade das EAA, depois de terem sido nacionalizadas a 30 de Setembro de 1975. O Estado tornou-se no maior produtor, com mais de 90% das terras aráveis. Da mesma forma, saúde, educação e outros sectores sociais e económicos, estavam centralizados pelo Estado.

O progresso em direção a uma economia do mercado começou em 1985. Em 1987, o início oficial foi dado com o Programa de Ajustamento Estrutural, financiado pelo Banco Mundial no valor de 17 milhões de dólares americanos. Da mesma forma foi alcançado um acordo com o FMI (Junho de 1989) para um crédito de 2,8 milhões de dólares. A agricultura foi um dos primeiros sectores da economia a ser beneficiado pelos créditos, no entanto, os resultados ficaram muito abaixo dos objetivos.

Em 1990, uma nova Constituição introduziu a democracia, e a primeira eleição multipartidária teve lugar em 1991. São Tomé e Príncipe, com o apoio da comunidade internacional embarcou num ambicioso programa de recuperação de desenvolvimento económico. Mas devido principalmente à fraca capacidade institucional, à falta de recursos humanos qualificados, choques adversos especialmente externos da queda de preços mundiais do cacau e da forte dependência de plantações de cacau, o desempenho económico continuou a deteriorar-se.

A taxa de crescimento real do PIB manteve-se baixa, os desequilíbrios macroeconómicos agravaram a situação económica, as condições de vida da população deterioraram-se, e, em 1994, estimou-se que quase 40 por cento da população vivia abaixo do limiar de pobreza. Além disso, a dívida pública externa (Tabela nº2, anexo I) subiu, tornando-se um fardo pesado e insustentável para a economia.

Após uma década de declínio económico e a deterioração dos indicadores sociais, as autoridades implementaram entre 1998 e 1999 uma série de reformas no âmbito de um programa de ajustamento do Fundo monetário internacional.

Com vista a inverter a contínua deterioração nos indicadores de pobreza, o governo elaborou no mesmo ano um documento de orientação sobre as opções estratégicas e um plano de ação prioritária para o período compreendido entre 2000 e 2005, com assistência técnica do PNUD, num processo participativo que envolveu, entre outros, pobres das áreas rurais e urbanas. Registaram-se progressos no reforço do desempenho fiscal, a estabilização da taxa de câmbio e redução da inflação. O governo ajustou ainda mais a liberalização do comércio e dos preços, e implementou um importante programa de privatização.

Por outro lado, o relatório económico do Banco Central em 2010, dá conta que a crise financeira que se acentuou e alastrou rapidamente em todo o mundo desde 2008, foi

sentida no país com alguma inquietação. Apesar de alguns sinais de melhorias, o seu impacto negativo nas diversas esferas da vida nacional, principalmente económica e social foi sentido.

Ainda que a economia santomense esteja fortemente dependente do exterior, não só das necessidades básicas e de bens energéticos e equipamentos, mas também no plano de financiamento do OGE em particular e do financiamento da economia em geral, ainda assim num contexto económico bastante difícil a economia são-tomense apresentou no ano de 2010 uma atividade económica moderada, com o PIB a crescer acima dos 4,5%. Contribuíram para esse crescimento o sector financeiro associado aos sectores da construção, comércio entre outros, que a semelhança dos últimos anos continuaram a ser os principais determinantes do crescimento, e que foram impulsionados pelo Investimento Direto estrangeiro.

Apesar desses constrangimentos, a economia tem tido, nos últimos anos, alguns progressos. Progressos esses, enquadrados por diversas iniciativas governamentais de que são exemplos mais recentes o Acordo de cooperação Económica assinado com Portugal, as ENRP e os programas de ajustamentos económicos apoiados pelo FMI.

Um dos aspetos relevantes da conjuntura macroeconómica em 2012 foi o escasso volume de financiamento externo que condicionou a capacidade de concretização de investimentos públicos e o nível de reservas cambial do país. Para fazer face a esta situação valeram as medidas de contenção das despesas do OGE e outras de melhoria de gestão cambial e que foram decisivas para assegurar a estabilidade macroeconómica. Foi aprovado em Julho desse ano a nova Estratégia Nacional de Redução de Pobreza para 2012-2016, que por sua vez fez valer a aprovação de um novo programa de ajustamento apoiado pelo FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargada (Extended Credit Facility, ECF) e o desembolso de USD 4.200.000 para apoio orçamental direto (FMI,2012).

1.3 Revisão da Literatura

O objetivo maior da criação da estratégia de âncoras cambiais foi relacionar uma moeda com histórico de inflação e instabilidade, à uma moeda que tenha um histórico contrário, de estabilidade e baixa inflação com objetivo de estabilizar os preços. Essa variante de convertibilidade implica também em última análise o equivalente ao padrão-ouro. Implicaria portanto a perda de soberania monetária. Isto é, perda de soberania e autonomia na condução da política económica (Charles Freedman and Inci Otker-Robe, 2009; Sarwat Jahan, 2012; Robert Mundell, 2000; Carl Gewirtz, 1993; Emanuel Leão, Pedro Leão e Sérgio Lagoa, 2011; Armand Denis Schor, 1996). Um exemplo desta estratégia foi a fixação pelo governo português da flutuação da taxa de câmbio do escudo dentro de bandas estreitas em relação ao marco alemão e a outras moedas europeias entre 1992 e 1999. O objetivo foi para reduzir as taxas de inflação em Portugal de valores na ordem dos dois dígitos para valores próximos de zero, o que essencialmente foi atingido (Leão, Lagoa; 2011).

Mas decisão de um governo de fixar a taxa de câmbio da sua moeda em relação a outra tem uma implicação importante no caso de haver livre mobilidade de capitais financeiro entre o país e o exterior. Essa implicação é a seguinte: o BC *deixa de ter controlo sobre a taxa de juro interna. A taxa de juro interna passa a ser determinada em função da taxa de juro externa.* O BC deixa de poder usar a taxa de juro para combater eventuais desequilíbrios na conjuntura interna, deixa de poder descer a taxa de juro para combater o desemprego, e deixa de poder subir a taxa de juro para combater a inflação (Leão, Lagoa 2011: 272). Um regime de âncora cambial pode inclusivamente obrigar o país a seguir a política monetária do país ancora mesmo quando tal seja desadequado face à conjuntura interna. Um exemplo disso foi o que se passou em Portugal no início da década de 1990, devido a um ajustamento na economia alemã por parte daquele governo (Leão, Lagoa 2011).

Um exemplo da relação cambial com investimento direto estrangeiro, foi a criação do Sistema Monetário Europeu em 1979, com objetivo de criar uma zona de estabilidade cambial entre os países europeus que fomentasse o comércio e o Investimento Direto Estrangeiro nesta zona do mundo. O SME, que esteve em vigor até ao fim de 1998, continha dois elementos principais – o ECU (European Currency Unit) e o Mecanismo de taxas de Cambio (MTC). O ECU era uma moeda-cabaz composta por moeda dos vários países do SME. O MTC era um sistema de taxas de câmbio aproximadamente

fixas entre as moedas dos países do SME (Leão, Lagoa, 2011; Duarte, 1996; Schor 1996; Comunidades Europeias 1998).

Um outro estudo sobre paridade cambial é o artigo sobre “Floating Rates Anchor an Alliance”, (NYT, 1994) Karl Otto Pohl salienta que, o Ocidente tentou encobrir realidades económicas emergentes com variações do sistema de Bretton Woods no pós-guerra que ligava algumas moedas ao dólar. Mas esta “meia-vida” por taxas fixas provou impraticável numa base transatlântica. Segundo o autor a própria Comunidade Europeia fracassou na sua mais ambição limitada de criação de paridades fixas entre as moedas das nações membros.

O sistema falhou, da mesma forma que há quase duas décadas do pós-guerra fez o sistema de Bretton Woods de taxas de câmbio fixas cair em colapso. O problema é a disciplina desequilibrada. Isto é, os participantes são obrigados a manter as taxas de câmbio contra a moeda de referência, enquanto o país âncora não está sob nenhuma restrição para executar uma política económica responsável (Karl Otto Pohl, 1994).

Já os Pós-keynesianos como Davidson e os heterodoxos em geral, não aceitam que se possa determinar *a priori* qualquer ponto de equilíbrio a longo prazo, porque o próprio ponto de equilíbrio tende a se alterar conforme as condições gerais da economia forem se modificando. Assim, duvidam da regra de determinação e da administração da taxa de câmbio de referência e da taxa de crescimento do produto nominal segundo este critério (François Chesnais, 2000 [James Tobin]).

É notório o uso que o pensamento dominante faz da ideia ‘heterodoxa’ de *animal spirits* de Keynes (1936) para dar suporte aos seus argumentos. É conveniente reproduzir as observações provenientes de alguns dos mais conhecidos representantes dessa escola: Velasco (1996) e Obstfeld & Rogoff (1996), por exemplo: a credibilidade da taxa de câmbio fixa é parcial e depende dos *animal spirits*. (Velasco, 1996: 271).

Segundo Keynes, (1936) ‘fundamentos’ não são importantes já que eles não podem ser a base para as expectativas do futuro num mundo onde prevalece o estado de incerteza radical. Nesse sentido, não há lugar para uma relação entre a taxa de câmbio e os chamados ‘fundamentos’. De acordo com Keynes, os ‘fundamentos’ seriam dependentes das expectativas dos agentes e mais especificamente dos *animal spirits*.

O modelo de Krugman (1991) demonstra que um regime de bandas cambiais, a taxa de câmbio tende a ser “empurrada” para o centro da banda. O autor explica a teoria com base em dois pressupostos. Primeiro, assume-se que o “mercado” acredita que as

autoridades monetárias estão dispostas a defender a banda através de ajustamentos da política monetária, ou assume-se que a banda mantida pelas autoridades é perfeitamente credível. O segundo pressuposto, o autor parte da hipótese de intervenção marginal, isto é, esse ajustamento apenas é desencadeado quando a taxa de câmbio atinge um dos limites da flutuação previamente definido. Krugman parte do pressuposto que a taxa de câmbio enquanto preço relativo da moeda, depende simultaneamente do valor corrente dos “fundamentos económicos” e das expectativas quanto ao seu valor futuro.

Um estudo realizado por José Fajgenbaum e Peter Quirk (*Economic Journal*, 1991) examina a médio prazo a inflação e mudanças no equilíbrio de pagamentos em 15 países em desenvolvimento na América Latina e Caribe, cuja etapa de desvalorizações, realizados entre 1960 e 1990, resultou em taxa de câmbio constante para pelo menos 18 meses. O estudo concluiu que, no geral, políticas de âncoras cambiais não foram bem-sucedidas na região, pelo menos até 1990.

Por outro lado, o processo de integração da economia mundial registou, nas quatro décadas anteriores à I Guerra Mundial, um avanço surpreendente. Sob a hegemonia Inglesa e a estabilidade cambial do padrão-ouro, os empréstimos internacionais e os investimentos diretos desenvolveram-se a uma cadência nunca antes vista (Reis, 2010). Os investimentos diretos internacionais constituíam uma importante novidade e distinguiam-se radicalmente dos outros fluxos internacionais pela difusão que operavam das técnicas de produção e das relações sociais (Dockès, 1977).

Para Lenine já não era a exportação de mercadorias que caracterizava o capitalismo dessa época dominado pelos monopólios mas sim a exportação de capitais (Vladimir Lenine, 1974). Desde o meado da década de 80 os fluxos de capitais registam um crescimento muito superior aos fluxos de comércio internacional e em escala ainda maior, da produção mundial realizada [Kleinert, 2000; Schatz e Venables 2000 (Guapo, 2005)]. De acordo com o FMI (IMF, 1993) e a OCDE (OECD,1999), o IDE insere-se na categoria de investimento internacional que reflete o objetivo de uma entidade (investidor direto) residente numa dada economia em obter um interesse duradouro numa empresa residente numa outra economia.

O que se pode observar da evolução dos fluxos do IDE é que o investimento internacional passou de uma atividade tradicionalmente desenvolvida por empresas de grande dimensão situadas em países desenvolvidos para um fenómeno global. As

grandes empresas ainda dominam os fluxos globais, em termos do valor movimentado mas estão a ser acompanhados por um número cada vez maior das PME (Guapo, 2005).

Capítulo - II Evolução Política, Económica

2.1 Evolução Político- Institucional

Desde 1975 que foi instituído o partido único até 1990 em que houve as primeiras eleições livres. Em 1991 entrou em vigor uma nova constituição em que o país passava a ser uma democracia representativa. A transição para a democracia deu a garantia dos direitos civis e individuais. Entretanto o período de 1990 e 2002 foram intercalados vários conflitos institucionais e com longos períodos de instabilidade política. Neste período houve nove diferentes governos.

2.1.1 Consolidação da Democracia e do Estado de Direito

A consolidação da democracia e do Estado de direito envolve necessariamente um amplo consenso em torno da revisão constitucional, para esclarecer as disposições ambíguas, incluindo as relativas aos limites da separação de poderes e as competências de cada órgão de soberania. (Montesquieu,1748).

Entretanto a política são-tomense é uma república semipresidencial com democracia representativa, onde o presidente da república é o chefe de Estado e o primeiro-ministro chefe do governo. O poder legislativo é Unicameral com cinquenta e cinco membros na Assembleia Nacional.

O número atual dos deputados da Assembleia Nacional não corresponde, ao tamanho territorial, população e capacidade económica e financeira atual do país. As Sucessivas mudanças de governos, todos de diferentes composições, vão conseguindo compromissos, isenções e mudanças dos funcionários nas instituições.

2.2 Evolução do Sistema Financeiro

O sistema financeiro é visto como fundamental para o desenvolvimento de qualquer economia, uma vez que as instituições financeiras desempenham um papel preponderante na afetação de recursos.

O sistema financeiro são-tomense é composto pelo Banco Central (responsável pelos mercados monetário, financeiro e cambial) e por vários intermediários financeiros, tais como, Bancos Comerciais e de Investimentos, e companhias de Seguros. O sistema

financeiro requer uma boa condução das políticas prosseguidas pelas autoridades competentes no que se refere à supervisão prudencial das instituições de crédito e à estabilidade do sistema financeiro.

O sistema financeiro em São Tomé e Príncipe é pouco desenvolvido e altamente dependente do *dólar*¹, é um sistema dominado pelo sistema bancário que agrega Banco Central, um grande banco comercial e cerca de meia dezena de bancos pequenos. Os depósitos em moedas estrangeiras representam até 60% do *stock* da massa monetária e cerca de 70% dos empréstimos concedidos pelos bancos comerciais aos sectores privados são expressos em moedas estrangeiras (BCSTP; 2009).

Realce-se que tem havido algum esforço por parte das autoridades para o processo de independência de moedas estrangeiras, tendo neste sentido implementando algumas medidas como a eliminação gradual a sua função na compensação de cheques em moeda estrangeira e alteração na regulamentação sobre as RMC dos bancos comerciais. Isto é, a partir de 2010 o BCSTP passou a exigir que todas as RMC fossem mantidas em Dobras, inclusive aquelas sobre os depósitos em moedas estrangeiras. Com vista a minorizar as dificuldades dos bancos em cumprir essas exigências, o BCSTP baixou as RMC de 24,5% para 18% sobre os depósitos em Dobras e 21% para as moedas estrangeiras, e os bancos foram igualmente autorizados para cumprir 10% das RMC sobre depósitos em moedas estrangeiras (BCSTP,2010).

O sistema financeiro segundo o BCSTP tem mantido nos últimos anos a sua dinâmica de crescimento e modernização. Desde 2007 tem dado entrada no mercado financeiro várias agências bancárias e alguns bancos de investimento.

Quadro nº 1: Sistema Financeiro de STP

Instituições Financeiras Monetárias	Instituições Financeiras não Monetárias
Banco Central	Agências de Câmbios
Bancos Comerciais	Companhias de Seguros
Bancos de Investimentos	Sociedades Emitentes ou Gestoras de Cartão de Crédito
Sociedade de Financiamentos de vendas a Crédito	

Fonte: Informação obtida a partir dos dados do BCSTP, 2012

¹ As moedas estrangeiras mais utilizadas são o dólar norte-americano e o euro.

Para o BCSTP (2011), um Sistema Financeiro estável, concorrencial e em expansão, contribui obviamente para o incentivo do crescimento económico e para a necessária estabilidade macroeconómica, pois tem uma importância fundamental no apoio a fatores tão essenciais como o investimento, o consumo, o desenvolvimento, a modernização de inovação e serviços e produtos financeiros.

A importância da procura de créditos é um exemplo de como o sistema financeiro potencia o desenvolvimento, e tal é justificado com o aumento registado no crédito à economia (gráfico nº1, anexo I).

O BCSTP aperfeiçoou os instrumentos de avaliação de riscos do sector financeiro através da melhoria da solidez do sistema financeiro refletido no esforço conjugado do Banco Central, por via de supervisão bancária e das instituições de crédito através do fortalecimento dos seus processos internos de gestão e controlo, como forma de minimizar os diversos riscos inerentes à própria atividade financeira em geral e bancária em particular. A taxa de bancarização mantém um ritmo de melhoria, situando-se atualmente próximo dos 40%; verificou-se também o prosseguimento do processo de modernização dos meios de pagamento com a entrada em funcionamento dos terminais de pagamentos automáticos. O mercado nacional passou a dispor de um sistema eletrónico em 2011 disponibilizado pela rede “Dobra 24”, aproximando-se assim dos padrões internacionais em matéria de meios de pagamentos.

Apesar desta dinâmica, o sector financeiro continua a enfrentar alguns constrangimentos. O processo de intermediação financeira continua a ser afetado pelas dificuldades institucionais que a banca enfrenta e as taxas de juro do sistema bancário mantêm-se ainda elevadas (devido ao elevado nível de incumprimento), apesar da redução da taxa de referência do Banco Central (ver anexo II, gráfico nº 5).

2.3 Política Monetária

A política monetária visa modificar o nível de atividade económica e/ou os níveis geral de preços através da quantidade de moeda em circulação na economia e a taxa de juro. Um dos objetivos da política monetária é fornecer os meios líquidos necessários ao bom funcionamento da economia tendo em vista sempre a estabilidade da moeda.

Tendo em vista a margem limitada da política monetária, e o rápido crescimento do crédito, as autoridades têm vindo a tomar medidas de reforço e supervisão dos bancos.

A expansão de créditos fez com que o rácio entre empréstimo e depósito subisse de 70% (Gráfico nº4) em 2008 para 120% em 2011. O crescimento do crédito abrandou em 2011 tendo como resultado um menor crescimento da massa monetária.

Pode-se observar quer na tabela nº 2 e no gráfico 3 (em anexo I) que as subcomponentes da base monetária apresentam tendências díspares, sendo que a componente Notas e Moedas em circulação sofreram uma contração (1%) enquanto os depósitos dos bancos no Banco Central expandiram 6,4% com o depósito em MN a apresentar uma expansão de 8,7% contra 3,1% de contração da Componente em Moeda Estrangeira ME.

2.3.1 Evolução da Moeda e a Banca

O sistema económico planificado, eleito após a independência, impunha que o sistema bancário enquanto instrumento fundamental de apoio ao desenvolvimento do país se adequasse ao novo modelo e dele resultou a congregação de diversas instituições bancárias e parabancárias num único banco, a partir da Criação do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe (BNSTP), através do Decreto-Lei nº 56/T/75, de 3 de Junho de 1975, com as funções do Banco Central comercial e de Desenvolvimento.

Com o intuito de integrar a poupança dos populares no projeto de desenvolvimento, é instituída no país a 30 de Agosto de 1980 a Caixa Popular (extinguida em 1997 por não corresponder aos objetivos pretendidos), dependente do BNSTP embora com alguma autonomia administrativa e financeira.

O sistema bancário começou a enfrentar enormes dificuldades, nomeadamente ao nível de crédito mal parado, escassez de liquidez, e falta de confiança, o que conduziu a uma nova reforma do sistema bancário de modo a responder às novas exigências que o próprio mercado impunha.

O segundo processo de reforma do sistema bancário iniciou em 1986, onde fora redefinido transitoriamente o novo posicionamento do BNSTP, entrando em execução uma nova Lei Orgânica.

Iniciou-se assim uma fase de pré-reforma do sistema bancário e da transição da economia centralizada para a economia do mercado. Neste sentido, organizou-se a criação de um Banco Central forte e independente, capaz de implementar as políticas financeiras do país e supervisionar as atividades dos bancos comerciais. Deste modo, em 1992, procedeu-se à segunda reestruturação da banca, permitindo a criação do BCSTP, como autoridade monetária e única instituição autorizada a emitir moedas com curso legal.

2.3.2 Taxa de Juro

As taxas de juros são relevantes, já que os efeitos da política monetária e fiscal transmitem-se diretamente à economia real. A taxa de juro de referência tem igualmente uma grande influência na atividade económica, podendo estimulá-la ou reduzi-la. É devido a essa influência na economia que os bancos centrais hoje em dia tendem a adotar a estratégia “*Target Inflação*”² (Metas para controlo de Inflação).

Sabemos que as mudanças nas taxas de juros faz alterar o custo de endividamento, que por sua vez se reflete na mudança no investimento, no consumo e na poupança, e conseqüentemente na variação da procura agregada, tendo efeito posterior positivo ou negativo dependendo do tipo de política que está a ser implementada (expansionista/de contração).

O gráfico nº 6 (anexo I) demonstra que no período de 2000-2009 a taxa de juro de referência é alta, situando-se entre 20 a 25%. No gráfico nº7, percebe-se melhor a evolução da taxa de juro de referência entre 2006-2008, que chegou aos 30%, verificando-se depois uma queda acentuada para valores compreendidos entre 19% e 16% a partir do ano 2009 (gráfico nº8). A queda contínua da taxa de juro que começou em 2009, teve o seu percurso decrescente em 2010. Salienta-se que o Banco Central fixou em 2012 a Taxa de Juro Anual de Referencia em 14%.

2.4 Política Orçamental

²Sarwat Jahan (2012) “*Inflation Targeting: Holding the Line*”, Finance and Development – IMF. Leão Emanuel, Leão Pedro, Sérgio Lagoa (2011), “Política Monetária e Mercados Financeiros.

Freedman Charles and İnci Ötker-Robe (2009) “Country Experiences with the Introduction and Implementation of Inflation Targeting”, IMF Working Paper.

A política orçamental pode ser usada para estabilizar ciclos económicos, através de uma política expansionista ou de contração, dependendo da situação económica em que o país se encontra. O Orçamento refere-se essencialmente à previsão de receitas ou despesas para um determinado período de tempo (anual que é usado normalmente pelo orçamento público).

Depois de ter adotado a política de câmbio fixo com o euro em 2010, a política orçamental passou a ser o principal instrumento das autoridades para alcançar um equilíbrio macroeconómico sustentável. Verificou-se um forte agravamento do défice primário interno em 2009 devido principalmente às despesas de investimentos financiada pelo Tesouro, tendo diminuído em 2010 e 2011 em decorrência do aumento da arrecadação de receitas (ver figura nº1, anexo I). As receitas fiscais subiram 2 p.p do PIB, principalmente por causa do pagamento atrasado dos impostos sobre combustíveis pela ENCO. O défice primário interno baixou para 3% do PIB em 2011 devido aos esforços realizados para conter os gastos não prioritários e melhorar a arrecadação de receitas mediante o reforço de aplicação de legislação fiscal e o aumento da cobrança de imposto em atraso.

Pode-se constatar a partir do gráfico nº 2 (anexo I) que depois da crise de 2008, o crescimento do Produto Interno Bruto não passou dos 4 a 5%. Isto reflete claramente que a forte dependência externa do país é uma grande ameaça para o crescimento e desenvolvimento da economia. Isto é, os choques externos penetram diretamente na economia do país. O PIB real em 2006 atingiu valores muito altos, o que pressuponha-se que deve ser consequência direta das reformas fiscais e monetárias feitas para o combate a inflação e algumas reformas estruturais nomeadamente, na gestão de recursos públicos, reforma tributária e medidas para melhorar o ambiente para o investimento privado.

Relativamente ao período 2012-15, o relatório do FMI de 2012 prevê que a produção e exportação do petróleo que em princípio iniciar-se-á em 2015, apoiada pela expansão do turismo, agricultura e construção civil aceleraram o PIB para 6% em 2014.

Os objectivos macroeconómicos para a economia nacional no próximo triénio, segundo o OGE para 2012 bem como o estipulado no Memorando de Política Económica e Financeira assinado pelo governo são-tomense e o FMI: (i) Promover o crescimento progressivo do PIB real dos 4,9% em 2011 para uma taxa de 4,5% em 2012, 5% em

2013 e 5,5% para 2014; (ii) reduzir a taxa de inflação para 8,3% até ao final de 2012 e os 3% em 2014 (informação disponível no OGE para 2012); (iii) continuar a obter progressos nas reformas de gestão de finanças públicas no sentido de promover sustentabilidade fiscal e externa. A recuperação da economia nacional deverá assentar num forte retorno de entrada de capital privado, principalmente investimento direto estrangeiro, bem como na efetiva implementação do programa de investimento público.

2.5 Mercado de Trabalho

Tendo em conta o carácter estrutural das dificuldades no mercado de trabalho, o desemprego em São Tomé e Príncipe continua a afetar principalmente os jovens a procura do primeiro emprego, o que pode-se dizer preocupante já que mais de metade da população é jovem. De acordo com os dados de 2010, o número total de jovens (15-24 anos), era 91.000 o que representa 52% da população total, dos quais 31.850 eram homens e 59.150 eram mulheres.

A taxa de desemprego em São Tomé e Príncipe segundo os dados do INE atingiu os 27,7% em 2006, contra 29,5% do ano anterior. De acordo com a mesma fonte esta percentagem corresponde a 17.364 desempregados entre uma população ativa de 62.619 indivíduos, número equivalente a 41% de toda a população do arquipélago. A população empregada representa um total de 43.980 indivíduos, dos quais 28.472 são homens e 15.508 são mulheres (quadro nº6, anexo II)³.

É importante salientar a disparidade entre os géneros na questão da atividade económica. Constatou-se que 38 em 100 santomenses são ativos, dos quais cerca de 65 em cada 100 empregados são homens (64,7%), enquanto a população do sexo feminino representava apenas 35,3% (gráfico nº10, anexo II). Convém referir também que apenas 1 em cada 10 população ativa era analfabetos. Isto é, do total de ativos 84,7% são alfabetizados contra apenas 15,3% analfabetos (INE;2006), e a força de trabalho em STP é relativamente formada, fala duas línguas (Português e Francês) e é jovem⁴.

Atualmente e como consta nos dados do FMI de 2010, a taxa de desemprego em STP situou-se nos 15,1%. No entanto, a integração dos jovens no mercado de trabalho é

³ INESTP,2006.O último Censo do INE foi em 2012 e só tornará público em Novembro de 2013. Os dados mais recentes são da responsabilidade de algumas ONG, associações ou pequenos trabalhos de algumas instituições públicas.

⁴ www.africaneconomicoutlook.org- Perspectivas Económicas na África

prejudicada pela ausência de uma política de emprego dos jovens e pela falta de informação entre os candidatos e os empregadores (Perspetivas económicas na Africa;2012).

2.6 Acordos Económicos

As autoridades são-tomenses têm vindo a adotar um ambicioso e amplo programa de reformas legislativas e administrativas, a fim de melhorar a gestão económica, fortalecer a participação da sociedade civil, impulsionar o crescimento e reduzir a pobreza. Em apoio a este programa, as autoridades pediram um acordo com o FMI sob a PRGF, e assistência num projeto concecional do BM, o BAD, e outros doadores multilaterais e bilaterais. O governo beneficiou também do alívio da dívida externa em 2007 através do apoio do FMI, do Banco Mundial, e da comunidade internacional no âmbito da HIPC.

2.7 Política Cambial

Considerando a necessidade de se incrementar a dinâmica do mercado cambial nacional e garantir uma melhor gestão das disponibilidades externas do país no contexto de regime de câmbio fixo, e ainda a necessidade de se centralizar num só dispositivo todos os aspetos inerentes à cobertura cambial, de modo a fomentar a eficácia e a rapidez na gestão das solicitações à cobertura cambial submetidas ao BCST, e ao abrigo das prerrogativas estabelecidas pela “Lei Orgânica do Banco Central”, Lei 8/92 nos artigos 31.º, 32.º, 34.º e alínea g) do artigo 38 conjugadas com os artigos 1.º, 6.º, 8.º e 10.º do Decreto-lei nº 32/99 “Lei Cambial”, o Banco Central de São Tomé e Príncipe determina na sua Norma de Aplicação Permanente (NAP) o seguinte:

- ✓ As instituições financeiras e casas de câmbio autorizadas a operar no mercado nacional e promover melhor gestão das disponibilidades externas do país no contexto de regime de câmbio fixo (Artigo 1º – Âmbito e Objeto);
- ✓ O boletim diário das taxas de câmbio publicado pelo Banco Central toma em consideração a taxa de câmbio de referência a Taxa de Câmbio do Dobra face ao Euro, definida no âmbito da cooperação económica com Portugal (Artigo 2º – Boletim Diário das Taxas de Câmbio);

- ✓ As taxas divulgadas para as demais moedas são calculadas tendo em conta as respetivas taxas cruzadas (*cross rates*) da moeda de referência, o EURO, recolhidas no mercado internacional (Artigo 2º);
- ✓ O BCST poderá fixar limites de posição cambial para as instituições financeiras e casas de Câmbios autorizadas a operar no país (Artigo 5º);
- ✓ Nas operações de venda de euro que o Banco Central realiza com as instituições financeiras é aplicada uma comissão de 1,5% e compra 0,5% (Artigo 9º.,11º);
- ✓ Nas operações de compra de euro realizadas pelas instituições financeiras e casas de câmbio com o público, deve ser utilizada a taxa única publicada pelo BCSTP, não sendo permitida a cobrança de quaisquer comissões.

2.7.1 Acordos de Cooperação Cambial (euro/dobra)

O governo da Republica Democrática de São Tomé e Príncipe assinou em Julho de 2009 um acordo cambial com a república portuguesa, tendo como um dos principais pilares o reforço da estabilidade macroeconómica e financeira de São Tomé e Príncipe. Este acordo entrou em vigor em Janeiro de 2010, com uma taxa de câmbio fixa entre dobra e o euro (quadro nº3, anexo II).

Segundo o BCST, este acordo contribuirá para o bem-estar geral, incluindo níveis elevados de atividade económica e de emprego. O acordo por si só implica doravante que as autoridades alterem o regime cambial existente para um regime de câmbios fixos. Os benefícios descritos pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe seria recuperar a confiança e a credibilidade da dobra permitindo a sua efetiva convertibilidade; eliminação do risco cambial em todas as operações económicas e financeiras com a europa e redução significativas inerentes às demais operações; Facilidades nas operações de pagamentos internacional, movimento de capitais e acesso ao crédito externo, melhorando assim o ambiente de negócios; progressiva estabilização da inflação, permitindo assim a convergência das taxas de inflação com a inflação da zona euro; progressiva redução das taxas de juro permitidas pela estabilidade macroeconómica.

Por outro lado São Tomé e Príncipe assume o compromisso de conduzir uma política macroeconómica (políticas orçamental e monetária) compatível com a manutenção da

paridade cambial. O governo português por seu lado compromete-se a colocar a disposição do governo são-tomense, um contrato de facilidade de crédito com objectivo principal de reforçar as reservas cambiais de São Tomé e Príncipe, garantindo assim uma melhor sustentabilidade do acordo. É importante realçar que com este acordo de cooperação cambial, São Tomé e Príncipe deixa para trás as propostas e sugestões de integrar a união económica e monetária apresentada pelos países da Sub-Região da África Central.

Capítulo III - Desenvolvimento Sustentável

3.1 Evolução no sistema de Ensino

Com o objetivo de conhecer melhor as condições que possam favorecer um ambiente confortável para investimentos Estrangeiro, considere-se como desenvolvimento sustentável o sistema de ensino, a situação de Saúde e o ambiente turístico no país. Razão pela qual contextualizo de seguida estes indicadores.

Durante a década de 90, o ensino esteve estruturado com o decreto-lei nº 53/88, só sendo obrigatória a 4ª classe. No início de 2003, com entrada em vigor da lei nº2/2003, o sistema procurou expandir a escolaridade obrigatória para 6 anos.

Quadro nº 2: Estrutura do Sistema de Ensino (decreto-lei nº 53/88)

Ensino Primário	1ª - 4ª Classes
Ensino Secundário Básico	5ª - 9ª Classes
Ensino Pré-universitário	10ª - 11ª Classes

Nota: Informação obtida a partir do INE/STP

Quadro nº 3: estrutura do Sistema de ensino (Decreto-Lei nº2/2003)

Ensino básico	1º Ciclo	1ª - 4ª Classes
	2º Ciclo	5ª - 6ª Classe
Ensino Secundário	1º Ciclo	7ª - 9ª Classes
	2º Ciclo	10ª - 12ª Classes
Ensino Superior	Politécnico	
	Universitário	

Nota: Informação obtida a partir do INE/STP

Apesar de uma estrutura diferente no segundo quadro, o sistema não se alterou muito em termos de aquisição de competências nem acesso ao 12º ano.

O abandono escolar por inacessibilidade das infra-estruturas educativas ou falta de motivação foi elevado: 10% das crianças não chegavam a matricular-se no ensino primário e 44% não terminavam a 4ª classe em 2001 (INESTP;2001).

A falta de uma política eficaz e orientada para o acesso universal à educação, levou à diminuição da taxa de escolaridade líquida e dos efetivos escolares no ensino primário. Esta taxa reduziu de 96% para 68% nos períodos compreendidos entre 1991 e 2001. Mas notou-se uma reviravolta muito positiva a partir de 2001, voltando a atingir 87% entre 2005 – 2006.

Pode-se constatar através do quadro nº 5 (anexo II) que após o ensino primário, os dados estatísticos apontam para um aumento dos alunos a partir de 2002/2003 a uma taxa média de crescimento anual bem superior ao crescimento populacional (INE, 2004-2006). Pois a implementação do ensino profissional qualificado com 12º ano no Liceu Nacional nas áreas de Gestão e Administração e Humanidades, esta última incluindo uma vertente do turismo, em 2006 foi ainda mais um incentivo ao aumento da frequência dos ciclos pós-primários.

Consciente do papel fundamental da educação na mobilização do potencial do país para o crescimento económico e a redução da pobreza, o país preparou uma política ampla de desenvolvimento, que visa (i) promover a igualdade de acesso ao sistema de ensino em todos os níveis, sem discriminação e (ii) melhorar a qualidade da educação, e procurar aumentar a taxa bruta de matrícula no ensino primário, de 70 por cento em 1999 para 90 por cento em 2002, acabando por atingir a matrícula universal até 2005. Atualmente o país tem uma das taxas de alfabetização mais elevada de África.

No final de 2011 o governo fez um diagnóstico de formação do país e do sistema de educação, que agora serve como base para o desenvolvimento de uma nova estratégia para o sector. Os resultados da avaliação indicam que o país está bem posicionado para alcançar o segundo ODM⁵, nomeadamente no que respeita ao ensino primário universal: matrícula no ensino primário foi de 133,8%⁶ em 2011. A avaliação também indicou uma redução na taxa de insucesso escolar no ensino primário para 12,4% em 2011 contra 15,5% em 2010.

O ensino secundário segundo a lei está organizado em dois ciclos, sendo o primeiro, considerado secundário de base, (7ª a 9ª classe) e o segundo (10ª a 12ª classe), designado de Pré - Universitário.

⁵ ODM - Oito Objectivos para Mudar o Mundo, segundo a ONU.

⁶ Quando um dado tem um acréscimo de mais de 100%, significa que o índice ou a estatística para além de duplicar, cresceu um pouco mais (Ex: $100 \times 133,8 / 100 = 2,338$). A taxa de matrícula duplicou e teve um aumento adicional de 33,8% [ANÓNIMO].

Segundo os dados a situação não é tão esplendida relativamente ao ensino primário, apesar de grandes melhorias, já que a taxa de escolarização do 1º ciclo de secundário é de 64,30% em 2010 e 78,90 em 2011 e para o 2º ciclo esses valores situam-se entre 44,60 e 55,70% respectivamente.

3.2 Evolução do Sistema de Saúde

Os serviços de saúde em São Tomé estão constituídos pelo único hospital central Dr. Ayres de Menezes cita na capital, unidades de internamentos nos distritos de Caué Lembá e na região autónoma do Príncipe e centros e postos de saúde existentes em todos os distritos do país. Os recursos humanos e materiais são ainda muito escassos sendo preenchidos parcialmente por ONGs e Médicos de várias cooperações internacionais (AMI;2003).

Os principais problemas têm origens em situações premonitórias, incluindo aqueles que causam a malária, doenças diarreicas e respiratórias agudas, tornando-se, assim, as principais causas de mortalidade na população. A desnutrição é também a principal causa de morte de crianças menores de 5 anos, estimada em cerca de 15%. O índice de prematuridade (baixo peso ao nascer) é de cerca de 15,2%⁷.

O governo formulou uma política nacional de melhoria de saúde para 2000-2005. O principal objetivo desta política, centrou-se numa estratégia de cuidados de saúde primários, com objetivo de elevar o aumento da esperança média de vida, melhorar as condições de vida e reduzir a mortalidade infantil e materna.

Com estes objetivos, quatro áreas prioritárias de intervenção foram identificadas para o período referente: (i) prevenir e combater as principais doenças (malária, doenças respiratórias, diarreia aguda, tuberculose, HIV / SIDA e outras doenças sexualmente transmissíveis) (ii) melhorar os cuidados de saúde primários, através da intensificação de campanhas de informação, educação e comunicação, desenvolvimento de infraestrutura básica, e melhorar a qualidade de cuidados de saúde preventiva; (iii) melhorar a assistência médica através da modernização da gestão do hospital central, melhorando as instalações e serviços de apoio diagnóstico e (iv) o reforço do sistema de saúde nacional.

⁷ MICS / 2000 Inquérito de Agrupamento de Indicador Múltiplo

Existe também um programa denominado “Saúde para Todos” que iniciou em 2003, levado a cabo pela Fundação Calouste Gulbenkian em parceria com o Instituto Marquês de Vale Flor. O objetivo central do projeto consiste em levar a cabo o desenvolvimento sustentado dos cuidados preventivos e primários de saúde através da descentralização da prestação dos serviços de saúde de forma a universalizar o acesso e reforçar a diferenciação entre os distritos e o hospital central.

Os resultados destes projetos e políticas foram encorajadores, pois a maior parte dos indicadores dos projetos originais foram alcançados ou mesmo ultrapassados. A proporção de nascimentos assistidos por profissionais qualificados aumentou para 86% em 2009 em virtude de melhorias na prestação de serviços, em especial nas áreas rurais. Ao mesmo tempo, a proporção de mulheres grávidas que recebem cuidados pré-natais subiu de 65% para 82,3% durante igual período. Registou-se ainda progresso nos cuidados de saúde infantil. A taxa de vacinação em 2009 situou-se em 93,1% e São Tomé e Príncipe tem sido uma história de sucesso relativamente à irradicação da malária, com apoio da China Taiwan: a incidência da doença em crianças com menos de cinco anos baixou para 34 por mil em 2009, comparativamente a 1273 por mil em 2004.

3.3 Turismo

Nos últimos anos São Tomé e Príncipe tem visto o turismo como uma contribuição importante para atingir o desenvolvimento económico sustentável. O sector do turismo está confiante no potencial turístico para atingir esse objetivo e tem sido implementada uma política de divulgação, promoção e conhecimento do país contribuindo para um melhor posicionamento do país no que concerne às ofertas turísticas a nível mundial.

O Arquipélago apresenta um cenário majestoso resultante da exuberante vegetação tropical que constitui a sua principal referência paisagística, encontrando-se por entre a imensidão do verde, inúmeros vales, rios e riachos (Direção Geral Turismo e Hotelaria; 2010).

Ao cargo do Ministério do Comércio, Indústria e Turismo, o sector de turismo dispõe de uma Direção Geral que tem como principal objetivo a leitura e investigação de livros e documentos técnicos afetos a atividades turísticas e um Posto de Informação Turística.

Entretanto o relatório do FMI elege o turismo como uma das áreas potenciais de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe, merecendo um tratamento especial na captação do IDE e do turismo rural.

Em 2011 o governo com o objetivo de permitir um maior fluxo de visitantes, reduziu para 20 euros o preço de visto para S. Tomé e Príncipe, pretendendo ainda até 2014 captar cerca de 25 mil turistas. Atualmente o país tem um fluxo de 11 mil turistas por ano e Espanha é o parceiro principal para formação e divulgação deste projeto no arquipélago. As autoridades para além de captarem o sector privado para este desenvolvimento, apostam na movimentação do sector em número e num turismo de qualidade, com algum poder de compra (Jornal ST; 2011).

Capítulo IV - Investimento Direto Estrangeiro

4.1 Investimento Direto Estrangeiro

O Investimento Direto Estrangeiro é considerado como um fator que afeta o crescimento do país recetor, através de integração no mercado global, desenvolvimento e reestruturação empresarial.

Entretanto os efeitos do IDE no crescimento económico do país de acolhimento estão dependentes das condições internas, entres as quais económicas, políticas, sociais e culturais.

A decisão de efetuar o IDE num país é resultado de um processo que deriva da avaliação do valor esperado dos proveitos e custos. O conhecimento acrescido do país de destino, ou seja, a proximidade cultural, reduz os custos e a incerteza associada ao desenvolvimento de uma atividade nesse mercado. Os custos têm uma tendência decrescente no caso de países culturalmente próximos ou sobre a qual existe um conhecimento previamente acumulado (Azeing;2009).

São Tomé e Príncipe é um país com uma economia extremamente fraca e que vive muito de apoios e investimentos externos (BCSTP,2010). Logo é importante que se crie programas de acordos relativamente aos investimentos externos. Estes acordos devem ir de encontro com as estratégias de atração de investimentos por parte de São Tomé; a rapidez, flexibilidade burocrática, ou seja, a preocupação é oferecer um sistema expedito e fiável aos potenciais investidores, garantindo um custo administrativo mínimo na aprovação dos seus projetos de investimento. A existência de um serviço especialmente vocacionado à análise do investimento, como é o caso do Guiché Único, desenvolvendo as ações de receção, instrução, registo, analise, acompanhamento e fiscalização necessária. (Novo Código de Investimentos; Lei nº. 7/2009, de 31 de Dezembro). Este código define o investimento como toda a mobilização harmónica de recursos financeiros, humanos e tecnológicos destinados a criar ou ampliar actividades produtivas.

Através do gráfico nº12 (anexo IV), pode-se observar uma pequena evolução do IDE no país. O gráfico mostra a entrada do IDE e donativos em percentagens do PIB em São Tomé e Príncipe. A partir de 2006 nota-se um ligeiro aumento do IDE em percentagem, e em 2008 há uma aumento mais significativo chegando a atingir os 30%. Mas a partir

de 2009 verifica-se uma queda brusca desse número, prolongando-se até 2011, data em que paulatinamente o IDE volta a subir.

O aumento do IDE em 2006-2008, pode dever-se ao facto de ter havido o leilão dos blocos petrolíferos que serão a partida, explorados a partir de 2015. Já a queda acentuada que foi verificada a partir de 2009 poderá ser explicado pela crise económico-financeira internacional, já que os maiores investidores e financiadores externos são da zona euro.

4.2 Fluxos de IDE em STP

Desde o início da década de 2000, que a perspectiva da exploração de petróleo tem atraído o IDE e estimular o crescimento económico. As exportações de São Tomé e Príncipe são baixas em valor, e as importações por seu lado, são muito maiores, o que resulta num défice de balança corrente significativo. Mas o substancial défice de balança corrente é coberto na sua maioria pela ajuda dos doadores unilaterais e bilaterais.

Apos ter registado um crescimento médio acima dos 6% ao ano no período compreendido entre 2005-2008, o PIB real expandiu somente 4% em 2009 devido ao impacto da crise económica mundial sobre os projetos de investimento externo. Alguns projetos foram adiados devido a dificuldades de financiamento e outros com financiamentos da sub-região estão em marcha. A recuperação do IDE está a ser impulsionada pelos sectores de construção, do turismo e da agricultura.

Nos últimos tempos o IDE, o bónus de assinatura dos contractos para exploração do petróleo e alguns empréstimos ajudaram a financiar um forte aumento do défice da conta corrente. Estes fluxos, quadro nº7 (anexo III) financiaram um incremento das importações de bens de consumo e de investimento. Parte do IDE contribuiu para o estímulo da produção e exportação do cacau.

A economia do país é muito pouco diversificada, e com uma base de exportação limitada. Desde a independência em 1975, o cacau é responsável por quase 80% das exportações seguido pelo café e côco. Nos últimos anos tem-se notado uma tendência crescente de novos produtos para exportação, nomeadamente pimenta, baunilha. O mercado europeu continua a ser o principal destino comercial, com 55% das importações provenientes de Portugal, sendo o resto vindo da Bélgica, França, Angola e

Japão (arroz), enquanto 25% das suas exportações tem como país de destino Holanda. Devido à situação geográfica insular, o país apresenta desafios económicos graves para uma efetiva integração na região. A relação comercial com a CEMAC ronda apenas 2%.

Para aumentar a competitividade e ampliar a integração regional, o governo, com o apoio do BM investiu em infraestruturas, em especial no ramo das telecomunicações, através da criação de um cabo submarino que liga o país a uma rede mundial de fibra ótica. De igual modo existe esforço para desenvolvimento do transporte marítimo incluindo o porto de águas profundas e instalação de infraestruturas aeroportuárias.

Apesar do fraco desempenho nos últimos anos, o IDE deve se recuperar, com uma média de cerca de USD 25 milhões entre 2012-2014, com base em investimentos ligados à exploração do petróleo (Perspetiva Económica na África, 2012).

Em 2012 o governo registou um pequeno decréscimo do PIB a qual foi de 4,0%, resultado de uma redução do IDE e do consumo privado e público. Ainda assim, as perspetivas para o PIB real deverão situar-se em 5,2% e 5,8% em 2013 e 2014 respetivamente, graças ao possível aumento do IDE, o bónus de assinatura dos contratos para petróleo e a criação de grandes projetos de infraestruturas no país, designadamente o projeto de porto de águas profundas.

Quadro nº5: Clima de Investimento em STP

Forças	Oportunidades
Sistema Multipartidário Dinâmico	Agricultura (cacau, flores, frutos e legumes para exportação)
Localização Estratégica ao Largo da Costa Ocidental Africana, na Zona do Petróleo do Golfo da Guiné	Aventura, ecoturismo e pescas
Recursos naturais substanciais, incluindo petróleo Mão-de-obra Jovem	Ponto Regional de Transbordo
Ausência de clivagens étnicas, religiosa ou linguísticas	Serviços para o Sector de Petróleo
Fraquezas	Ameaças
Infraestrutura fraca e de custo elevado (estradas, portos, aeroportos e energia)	Potencial aumento da Corrupção e outras consequências prejudiciais provenientes de

elétrica)	um fluxo de receita de petróleo
Fraca capacidade Administrativa	
Mão-de-obra com baixa qualificações	

Fonte: Guia de Investidores _STP: Universidade de Columbia, 2010

4.3 Governo e Políticas de atração do IDE

A retirada do Estado e a liberalização dos sectores produtivos representam oportunidades interessantes para o sector privado, na medida em que o Estado se transforma num terreno fértil para iniciativas privadas, auxiliando no desenvolvimento de infraestruturas. É preciso estimular o desenvolvimento do sector privado (Murteira,2003).

Tendo como umas das metas principais atrair a captação do investimento externo, e com a vontade de cada vez mais melhorar o clima de investimento, foram feitos progressos significativos, inclusive com a criação de um Balcão Único de atendimento aos investidores e a eliminação de uma serie de exigências de licenciamento e capital mínimo necessário para abrir uma grande variedade de negócios.

As principais políticas e áreas de intervenção do plano de ação para a promoção do sector privado são:

- a) O aprofundamento das reformas no quadro legal e judicial do negócio, nomeadamente através da revisão da legislação laboral a fim de se adaptar às novas condições, através do código de investimento e implementação de um conjunto de medidas para melhorar o ambiente no sector privado, designadamente, melhoria nas infraestruturas de transportes internos; diversificação e segurança dos meios de comunicação para o exterior; adoção de medidas significa para reduzir os custos, consolidação da indústria, banca e os seguros; simplificar os procedimentos administrativos e /ou melhoria dos sistemas de incentivos ao investimento;
- b) O desenvolvimento das relações comerciais, levando a cabo uma política de cooperação económica e financeira mais aberta, especialmente com os países da sub-região; c) Simplificar o sistema tributário e aliviar a carga fiscal para as empresas; d) A promulgação e aplicação da legislação no que toca à concorrência e o estabelecimento de mecanismos de regulação do mercado.

Existe a necessidade de ajustamento orçamental para baixar a inflação, restaurar a estabilidade financeira, e instaurar reformas para melhorar o clima de investimento de modo a alcançar o crescimento sustentado, liderado pelo sector privado (FMI, 2011). O FMI reconhece grandes avanços na melhoria do clima de investimento, fazendo referencia, ao relatório *Doing Business*⁸ do BM na sua edição de 2012, que coloca São Tomé e Príncipe entre quatro países que mais reformas fizeram em 2011.

4.4 Legislação do IDE

O interesse comum importa que as relações entre os países do ocidente e África se orientem cada vez mais no sentido de uma verdadeira complementaridade a todos os níveis. As relações privilegiadas existentes entre diferentes povos, nos planos económicos, políticos e culturais permitem combater os efeitos mais perversos da hiper mundialização (Pereira de Miranda; 2003).

Segundo Miranda (2003) um dos instrumentos disponíveis para estimular a caminhada comum dos povos é a lei. A par da educação e da medicina, a justiça é um factor de modernização que nenhum Estado contemporâneo pode permitir-se descurar. No plano do trânsito internacional de capitais e mercadorias, as leis do investimento estrangeiro constituem a chave do relacionamento frutuoso entre o investidor externo, os parceiros locais e as autoridades nacionais.

Pretende-se com a publicação do novo código de Investimento (Código de Investimento: Lei nº14/2009, de 31 de Dezembro, que anula o anterior *Lei nº 13/92, de 15 de Outubro*), a instituição de um regime claro e simples de incentivos ao investimento, que motive a aplicação de poupanças internas e sirva de atrativo à fixação de capitais externos nos vários sectores da economia nacional.

Estabeleceu-se igualmente um tratamento uniforme do capital investido, quer seja de origem nacional, quer estrangeira, garantindo-se a aplicação de regras e critérios idênticos na oportunidade de acesso ao investimento, sem prejuízo da ressalva expressa no que concerne às especificidades próprias que envolvem o regime cambial aplicável à remuneração do capital estrangeiro. Estabelece-se também a possibilidade de acesso a linhas de crédito especial para o investimento, sendo certo que a concessão deste sempre

⁸ <http://www.doingbusiness.org/>

terá que ser aferida tendo em conta quer as capacidades dos fundos disponíveis para tal efeito, quer a prioridade real do investimento para além da oportunidade de intervenção por parte das instituições públicas no mercado de capitais.

4.5 As Principais Áreas de Interesse

As autoridades são-tomenses acreditam fortemente na expectativa do petróleo como caminho certo para o desenvolvimento do país. Ainda assim, têm fé de que o desenvolvimento económico passa também pelo turismo e agricultura e pescas que atualmente representa 20% cada do PIB.

O objetivo do país é criar políticas voluntárias nos sectores prioritários, ou seja, agricultura, pecuária e turismo para aumentar a taxa de crescimento nestas áreas, a diversificação da produção, e aumentar as oportunidades de emprego e rendimento por meio de políticas adequadas de uso intensivo de mão-de-obra.

Tem havido uma mudança no que respeita a diversificação da economia no país, que tem visto crescer o sector dos serviços (comercio, hotéis, restaurantes, transportes, armazenagem e comunicação) e o sector de construção que representou 60% do PIB em 2012 (BCSTP,2012).

4.6 Análise dos Investidores Internacionais

Relativamente a esta questão, desde a independência em 1975 os maiores investidores e financiadores externos vêm da Europa com maior destaque para Portugal. Mas nos últimos tempos tem-se notado um outro público interessado em financiar e investir em São Tomé e Príncipe. Entre eles estão Angola, Gabão, Guiné equatorial, Togo, Líbano e China-Taiwan, concentrados em áreas de comércio e banca e hotelaria, quadro nº8 (anexo III). Quanto aos europeus, estão ligados a prestação de serviços, construção civil, hotelaria e comercio etc.

Capítulo V- Crise da Dívida Soberana na Zona Euro

5.1 O Euro

No Tratado da União Europeia, de Maastricht 7/2/1992, que criou a Comunidade Económica Europeia, que passou a prevê-se que os objetivos/missão da união se realizam através de: a) Um mercado comum de bens e serviços e fatores de produção; b) Uma união económica e monetária; c) Um conjunto de políticas e ações comuns (artigo 2º).

O livro publicado pelo Ministério das Finanças português (1999) “O Euro na Lei”, relata que o tratado da União prevê que, além da adoção de uma política económica baseada na estreita coordenação das políticas económicas entre os estados-membros, no mercado interno e na definição de objetivos comuns, se proceda conforme os calendários e procedimentos previstos no Tratado, à fixação irrevogável das taxas de cambio conducentes à criação de uma moeda única, o “ECU” que era uma moeda-cabaz composta por vários países do SME, e à definição e execução de uma política monetária e cambial únicas e princípios orientadores. Com a definição entre as ações estruturantes da União Europeia, do conteúdo e procedimentos da UEM, iniciou-se assim um processo de caminhada para moeda única, cujo estabelecimento constituiu a 3ª fase da UEM, a iniciar-se em 1 de Janeiro de 1999, juntando-se a uma acrescida coordenação de políticas económicas.

A União Económica e Monetária caracteriza-se por uma política monetária única, por um banco central comum com poder de criação de moeda e por políticas económicas concertadas. Cada país abandona a sua soberania monetária e cambial em troca de uma soberania partilhada.

O ano de 1999 viu nascer a moeda única europeia. As vantagens da unificação monetária, importantes, são subestimadas pelo público devido ao seu carácter técnico. A heterogeneidade monetária custa dinheiro e incómoda. Impõe, nomeadamente, encargos, conversão das divisas e cobertura contra o risco cambial (Armand-Denis Schor:1996).

O pressuposto inicial seria de que a moeda única, a prazo, estimularia o crescimento e o emprego. As desvantagens segundo Schor (1996) são mais mediáticas porque atingem

duplamente a independência nacional, sob a forma da soberania monetária. Afetam a autonomia política, a possibilidade de cada Estado membro conduzir a política económica que escolheu.

5.2 Origem e Consequência da Crise

Após o colapso do banco de investimento Lehman Bróthers em Setembro de 2008, que causou um pânico generalizado nos mercados financeiros, as pressões no mercado imobiliário europeu desencadeou o início da crise das dívidas soberanas. Segundo Jesus Huerta (2011) em vez de deixar que os mercados seguissem o seu rumo, os governos infelizmente intervieram, com o processo de ajustamento necessário. Foi esta intervenção que não só impediu uma recuperação mais rápida e completa, como também causou um efeito secundário, a “crise das dívidas soberanas da primavera de 2010”. Com a receita em queda e cada vez mais despesa, o défice e a dívida pública dispararam, como consequência direta da reação dos governos a crise causada por um *boom* que não se sustentava em verdadeira poupança. O défice público e a dívida pública começou a assustar os mercados e os outros Estados-membros. Depois de pressionados pela Comissão e por outros Estados-membros, como Alemanha, estes governos tiveram de adotar medidas de austeridade e algumas reformas estruturais (Huerta de Soto; 2011).

A crise do sistema do euro abalou os mercados financeiros e os governos. O euro desvalorizou bastante relativamente a outras moedas. Para alguns bancos europeus o risco de incumprimento, medido pelos seguros de risco de incumprimento em 2010 disparou para níveis maiores do que os que se seguiram à crise do Lehman Bróthers, em 2008 (Bagus: 2011).

Entretanto crise atual da zona euro, contudo, veio pôr em causa os dogmas da irreversibilidade da moeda única europeia e da sua adequação às necessidades dos estados membros da União. Hoje, para alguns dos países que adotaram o euro, pertencer à moeda única começa a ser crescentemente considerado um fardo insuportável e tem-se a sensação (especialmente nítida em Portugal) que continuar a fazer parte do euro significa, afinal, não ter futuro e perder as esperanças de reencontrar um caminho de progresso económico e social (Ferreira do Amaral;2011). Como reação à crise do euro, foi criado um “pacote de resgate” de 750 mil milhões de euros, soma sem precedentes

para apoiar os governos e os bancos europeus. Na mesma altura o BCE começou a comprar títulos de dívida soberana, algo que mina a própria credibilidade e independência do BCE (Bagus: 2011).

Capítulo VI – Metodologia e sua Aplicação

O tema enunciado no capítulo acima remete-nos para a concessão de um trabalho de investigação que permitisse procurar respostas para questões relacionadas com a âncora cambial que fora instituída em São Tomé e Príncipe em 2010 e até que ponto é bom para o investimento direto estrangeiro tendo em conta a atual crise internacional, se de facto tem sido uma vantagem para desenvolvimento do país, se as autoridades têm conseguido diminuir o desequilíbrio macroeconómico no país e se de facto esta medida tem atraído o capital externo para o país e, por outro lado se os investidores locais sentiram a diferença após a introdução desta medida, e se melhorou de facto as relações com o exterior.

A metodologia de um estudo de investigação deve ser definida com base em questões que se pretende investigar, uma vez que é através destas que é determinado o tipo de metodologia a seguir. Neste sentido a investigação pode ser, quantitativo, qualitativo ou ambas (Ghiglione;2005 & Matalon;1992).

Considerando o teor desta investigação, dos seus objetivos e das questões inerentes a investigação, a recolha de dados para o estudo engloba análise de documentos e realização de entrevista com as empresas que mantem relações externas com a zona euro e não só, e com diretores do banco central de São Tomé e diretor da direção do comércio que é a entidade que trata de concessão de autorização para criar uma empresa no país. Assim, este capítulo foi dividido em cinco secções que permitiram a sua melhor compreensão e funcionalidade: 1) descrição do estudo, 2) população e amostra, 3) inquérito por entrevista e recolha de dados, 4) análise de conteúdo e 5) apresentação e análise dos resultados.

1. Descrição do Estudo

O estudo consistiu na análise de documentos aos dados estatísticos relativos a caracterização dos subtemas que se julgou pertinentes para compreender o campo de estudo e os problemas que existe a volta do mesmo, e na realização de entrevistas a um conjunto de empresas de diferentes áreas comerciais que mantêm relação comercial com o exterior e também entrevistas direcionadas á autoridades do BCSTP e á CCAIS.

Tendo em conta que o problema a estudar reflete o impacto que o acordo da paridade cambial poderá causar no investimento direto estrangeiro e desta feita ajudar no crescimento económico de São Tomé e Príncipe, achou-se pertinente conhecer a

realidade macroeconómica do país que doravante interfere diretamente na concretização dos requisitos para o êxito deste acordo cambial. Assim, foi feita uma análise macroeconómica e ao desenvolvimento sustentável, tendo-se recorrido aos dados estatísticos e documentos existentes através da INESTP, Base de dados do BCSTP, da CCSTP, do FMI e dos trabalhos estatísticos de algumas ONG's que estão ou estiveram a trabalhar no país.

A análise de documentos pode ser definida como uma “operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob a forma diferente da original, a fim de facilitar num estado ulterior, a sua consulta e referenciação” A análise documental permite passar de um documento primário (em bruto), para um documento secundário (representação do primeiro, Bardin; 1977).

O recuso a estes dados tratou-se portanto, de clarificar os problemas que possam advir posteriormente nos resultados esperados relativamente a adoção da âncora cambial. Mas como relembra Raymond Boudon (1990), podem surgir problemas metodológicos relativos a utilização de análise de documentos que por conseguinte exige que sejam considerados apenas elementos pertinentes. Isto é, os dados estatísticos provenientes de dados secundários podem ter problemas de fiabilidade e organização, já que não foram construídos por nós. Razão pela qual, foi tomada desde inicio deste trabalho precauções plausíveis de forma a excluir ou minimizar este tipo de problema.

2. Amostra

Uma das condições essenciais de uma amostra é que constitua uma proporção do universo. Não basta qualquer parte do universo para formar uma amostra mas sim deve ser composta por um número suficiente de elementos para garantir a segurança estatística (Quivy e Campenhoudt; 1995). A amostra selecionada para participar neste estudo são, por um lado as empresas ou investidores que têm relações financeiras-monetárias com o exterior, e as instituições responsáveis pelo IDE e pelo controlo da âncora cambial, desta feita, o Banco Central e Camara do Comercio, responsáveis pela logística na abertura de empresas. As respostas foram dadas pelos directores das empresas, o director do Departamento estatístico do BCSTP e o director da CC.

3. Inquérito por Entrevista e Recolha de Dados

O método de entrevista pelas suas características de aproximação entre os entrevistados e o investigador permite obtenção de informações e elementos de informação de extrema importância (Quivy e Campenhoudt; 1995). Este método foi considerado o mais propício para o problema em causa, uma vez que por se tratar de expressões subjetivas, seria melhor ter contacto direto com o entrevistado e/ou pelo menos deixar fluir as opiniões dos entrevistados.

Neste sentido elaborou-se uma formalidade de entrevistas para as empresas e instituições do BCSTP e CC, cujas questões foram estruturadas de maneira a que cingisse, essencialmente no tema subscrito (benefícios da Paridade cambial para a empresa, caracterização/função da empresa, benefícios para o país, relação com desequilíbrio macroeconómico, relação com a crise internacional, relação com o euro, as áreas de negócio mais procurada, necessidades populacional, os recursos materiais e humanos, a relação do petróleo com o IDE).

Foi escolhida para este tipo de investigação a entrevista semi-dirigida, já que não é integralmente aberta nem guiada por um grande número de perguntas diretas. Neste tipo de entrevista, segundo Quivy & Campenhoudt (1995), o investigador dispõe de um conjunto de perguntas guia, relativamente abertas para as quais pretende obter esclarecimento por parte do entrevistado. O propósito foi confrontar as opiniões dos mesmos e verificar se a relação de paridade cambial em termos de objetivos, conteúdo e estratégias são essenciais para atingir os objetivos finais e saber qual o impacto desta medida na atração do IDE.

Desta forma e ainda que existam alguns pontos comuns foram construídos três guiões de entrevistas, diferentes, **A**, **B** e **C**, sendo **A** para aplicar as empresas, **B** a BCSTP e **C** a CCAIS. Para os guiões de entrevistas foi definido uma lista de tópicos resultantes dos dados estatísticos descritos acima e de leituras de literaturas efetuadas.

Durante a realização de entrevista houve a necessidade de esclarecer aos entrevistados a explicação da finalidade do estudo e das questões, tendo sido solicitado ainda o consentimento de cada instituição para realização das entrevistas. Quanto ao número de questões foi procurado ao máximo que tivesse extensão apropriada de modo a que fosse suficiente para obter informações desejadas para o estudo em si e também que não se tornasse cansativas para o entrevistado. Entretanto os dados resultantes das entrevistas foram recolhidos entre os meses de Maio e Julho após marcação prévia com

os entrevistados. As entrevistas foram gravadas tendo sido posteriormente transcritas integralmente para captar com precisão a exposição completa.

4. Análise de Conteúdo

Uma análise de conteúdo dá-nos a contingência de tratar de forma metódica informações e depoimentos que apresentam um grau de profundidade e de complexidade, que permite satisfazer as imposições do rigor metodológico. Alguns métodos de análise de conteúdo baseiam-se em pressupostos que possam ser simples, cujo registo pertence à divisão categorial (Quivy & Campenhoudt, 1995). Para o tratamento de dados neste estudo foi usado como alicerce o livro *Análise de Conteúdo* de Laurence Bardin.

Para este autor descrever a história de análise de conteúdo é seguir passo a passo, o crescimento quantitativo e qualitativo e a diversificação qualitativa dos estudos empíricos apoiados na utilização de uma das técnicas classificadas sobre a designação genérica de análise de conteúdo; é observar a *posteriori* os aperfeiçoamentos materiais e as aplicações abusivas de uma prática que funciona há mais de meio século; pois a análise de conteúdo trabalha a palavra e a significação.

Exige-se uma preparação dos textos a tratar, e, por conseguinte, uma definição mais precisa das unidades de codificação, e tornar operacionais os procedimentos de análise automática das unidades de contextos, quando o sentido de unidade de registo é ambíguo. É importante definir grelhas de índices capazes de referenciar e avaliar as unidades do texto em categorias ou subcategorias (Bardin, 1977, 2003).

5. Apresentação e Análise dos Resultados

Neste ponto pretende-se apresentar e analisar os resultados das investigações efetuadas, tendo em linha os objetivos descritos nos capítulos anteriores. Desta feita, esta secção está dividida em três subsecções, o resultado da entrevista aplicada a empresas (5.1), o resultado da entrevista aplicada a BCSTP (5.2) e por fim a entrevista aplicada a CCAIS (5.3). Por outro lado, é apresentada a análise dos temas que se julgou importante para analisar e avaliar a conjuntura macroeconómica que pudesse criar um

ambiente seguro, a fim de responder com êxito a instituição de um sistema de paridade cambial.

Os resultados em brutos foram tratados de maneira a serem significativos e válidos, tendo-se recorrido ao processo de codificação que corresponde a uma transformação segundo regras definidas, dos dados em bruto do texto. Transformação, essa que separa neste caso, a classificação e agregação (escolha das categorias), que permitirá atingir uma representação do conteúdo. (Bardin;2003). Cada categoria é feita com base num único princípio de classificação, a escolha das unidades de registo e de contexto que deve responder de maneira pertinente em relação às características do material e face aos objetivos que suscitam a investigação; cada grupo é adaptado a finalidade geral da investigação uma vez que o sistema de categoria deve refletir a intenção da investigação, ou seja, os documentos retidos devem ser homogêneos. O investigador tendo à sua disposição resultados significativos e fiéis, pode então propor inferências e hipóteses e adiantar interpretações a propósito dos objetivos previstos, ou mesmo que digam respeito a outras descobertas inesperadas.

Assim teve-se em atenção todos os princípios descritos por Bardin (1997-2003), relativamente as regras de recorte, categorização e codificação das respostas, na medida em que houve igualmente o cuidado de integrar cada uma no seu respetivo grupo, consoante o mesmo critério de categorização (semântico: categorias temáticas) estabelecidos e os objetivos ou finalidades gerais da investigação.

No quadro nº5, 6 e nº7 encontram-se as categorias e subcategorias definidas para o tratamento dos dados das entrevistas realizadas ao Banco Central, Câmara Comércio Agricultura Industria e Serviços e às empresas.

Quadro nº6: Categorias e Subcategorias para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas ao Banco Central

Categoria	Subcategoria
Perfil/ Objectivos/Caracterização do BCSTP	.Definição/ Tempo de existência
	.Controlo sistema financeiro/monetário
Paridade Cambial/Euro	.Expectativa/Resultado
	.Controlo taxa de câmbio/inflação

Avaliação	.Interesse externo .Crise Económica/Moeda modelo .Consequências na economia nacional .Desequilíbrios económicos visíveis
Relação cambial/IDE	paridade .Objectivos .Captar investidores através da estabilidade cambial . Condições de oportunidades e desenvolvimento da economia

Quadro nº7: Categorias e Subcategorias para análise de conteúdo das entrevistas aplicadas a Camara do Comercio Agricultura Industria e Serviços

Categoria	Subcategoria
Perfil	.Finalidade .Objectivos .Funcionamento
Relação com IDE	.Pedidos .Processo burocrático .Capacidade de resposta/rapidez .Atendimento Personalizado (balcão único) . Áreas de investimentos

Quadro nº8: Categoria e Subcategoria para análise de conteúdo das entrevistas aplicada a empresas

Categoria	Subcategoria				
Empresa	A	B	C	D	E
Percurso	. Área de Negocio .Especializações/Experiencia empresarial	.Área de Negocio .Especializações/Experiencia empresarial	.Área de Negocio .Especializações/Experiencia empresarial	.Área de Negocio .Especializações/Experiencia empresarial	.Área de Negocio .Especializações/Experiencia empresarial
Caracterização da Empresa	.Tempo de existência .Objectivos, Estratégia .Actividade .Publico a que se destina .Capacidade de Resposta .Garantia de Serviços	.Tempo de existência .Objectivos, Estratégia .Publico a que se destina .Capacidade de Resposta .Garantia de Serviços	.Tempo de existência .Objectivos, Estratégia .Actividade .Publico a que se destina .Capacidade de Resposta .Garantia de serviços	.Tempo de existência .Objectivos, Estratégia .Publico a que se destina .Capacidade de Resposta .Garantia de Serviços	.Tempo de existência .Objectivos, Estratégia .Publico a que se destina .Capacidade de Resposta .Garantia de Serviços
Integração Empresarial	. Associação de Empresários . Interacção com outras empresas .Relação com autoridades . Sucesso Empresarial	.Associação de Empresários . Interacção com outras empresas . Sucesso Empresarial .Relação com autoridades	.Associação de Empresários . Interacção com outras empresas . Sucesso Empresarial .Relação com autoridades	. Associação de Empresários . Interacção com outras empresas . Sucesso Empresarial .Relação com autoridades	.Associação de Empresários . Interacção com outras empresas . Sucesso Empresarial .Relação com autoridade

Relação com Euro	.Relação com euro .Relação com dobra	Relação com euro .Relação com dobra	Relação com euro .Relação com dobra	Relação com euro .Relação com dobra	Relação com euro .Relação com dobra
Relação com Âncora Cambial/ Avaliação	. Relação: Positiva/Negativa .Impacto .Condições de atracção do IDE	Relação: Positiva/Negativa .Impacto .Condições de atracção do IDE	Relação: Positiva/Negativa .Impacto .Condições de atracção do IDE	Relação: Positiva/Negativa .Impacto .Condições de atracção do IDE	Relação: Positiva/Negativa .Impacto .Condições de atracção do IDE
Crise Económica Internacional/Avaliação	.Impacto a nível da Empresa/País/Estado .Entradas de novos IDE/Reflexões	.Impacto a nível da Empresa/País/Estado .Entrada de novos IDE/Reflexões	.Impacto a nível da Empresa/País/Estado .Entrada de novos IDE/Reflexões	.Impacto a nível da Empresa/País/Estado .Entrada de novos IDE/Reflexões	.Impacto a nível da Empresa/País/Estado .Entrada de novos IDE/Reflexões
Desenvolvimento Económico/ Perspectiva Empresarial	.Pode passar pelo IDE .Mão-de-obra Jovem .Melhores Condições de Infra-estrutura .Capacidade Turístico .Clima de excelência . Algumas crises políticas internas tendem a criar perigo	. Desenvolvimento pode passar pelo IDE .Proporcionar melhorar Infra-estruturas .Estruturar melhoras suas políticas de desenvolvimento . Esperança com exploração de Petróleo	. Expectativa de crescimento do IDE .Melhor utilização dos recursos . Melhores ajustes nas taxas alfandegárias e outras . Exploração de Petróleo Fraca capacidade de criar condições sustentáveis	.Pode passar pelo IDE através de incentivos do governo . Melhor utilização dos recursos . Aumentar poder de compra da população .Exploração de Petróleo deve trazer muitos investidores	.Desenvolvimento passa pelo IDE e o Turismo .Potencia para atrair mais e melhores IDE .Confiantes no desenvolvimento económico .Criar melhores condições para atrair mais investidores

5.1 Análise e Resultado das entrevistas aplicada às empresas

A análise do conteúdo das entrevistas aplicada às empresas foi feita a partir de informações categorizadas que estão apresentadas no anexo 4. Entretanto foram feitas entrevistas aos directores de cinco empresas, que responderam ao pedido de consentimento das entrevistas, as quais em consentimento conjunto não poderei fazer qualquer menção dos seus nomes. Razão pela qual as mesmas serão apresentadas durante o texto como empresa **A,B,C,D,E**. O objetivo da entrevista é de encontrar resposta para o problema apresentado no capítulo I, no que concerne ao impacto da” âncora cambial entre o euro e dobra no investimento direto estrangeiro no contexto da atual crise económica internacional”. Refere-se que estas empresas são todas estrangeiras e com um volume de negócio elevado.

Assim sendo, é possível traçar o perfil das mesmas a partir do quadro anexo IV. No que toca a área de negócio a empresa **A** pertence a Engenharia, Construção civil ambiente e serviços; **B** a Hotelaria Restauração e Turismo; **C** banca; **D** construção civil e serviços e a empresa **E** importação, distribuição e comércio. A empresa **A** tem

Especialização/Experiencia em construção de estradas, esgotos, mercados etc...; **B** em hotéis, viagens turísticas bar e restaurantes; **C** está inclinado para todos os serviços referentes a banca, investimento, créditos e não só; **D** em Construção civil, transportes e logística. Quanto a caracterização da Empresa no quadro nº14 (anexo 4), a empresa **A** existe há cerca de 40 anos e está presente em São Tomé há mais de 15, tendo como principal objetivo a qualidade e diversidade dos serviços, e cada vez mais a afirmação internacional e naquele país. A empresa **B** pretende consolidar-se no mercado interno, apresentar um serviço de qualidade e excelência, tendo sido fundada há 27 anos e está em São Tomé há 9. A empresa **C** é a mais recente das entrevistadas e a única que não pertence a zona euro (13 anos) e presente em São Tomé há 5 anos, tendo como meta o crescimento e desenvolvimento do sector em São Tomé e Príncipe, progresso internacional e fortalecer no mercado são-tomense. A empresa **D** está presente em São Tomé há sensivelmente 10 anos e foi fundada há 25 anos, objetiva um serviço de qualidade e crescimento, perspetivando a manutenção de afirmação no mercado são-tomense e por ultimo a empresa **E** que remota aos 30 anos e está no país desde 2004. Esta tem como objetivo o reconhecimento internacional e interno e diversificar ainda mais os seus serviços. Relativamente a subcategoria “Integração Empresarial” (quadro nº 15 anexo IV) e a questão sobre existência de associação de empresários, a empresa **A** refere que existe harmonia entre os empresários mas sem qualquer planificação. As restantes responderam: “não existe”. Sobre a questão “interação com outras empresas no país”, a empresa **A** diz ter relações estáveis, interação de venda e compra e prestação de serviços. A empresa **B** reconhece acordos comerciais e de prestações de serviços; a **C** diz ter também boas relações comerciais e troca de serviços com muitas empresas presentes no país; igualmente a empresa **D** e **E** dizem ter boas relações com muitas empresas e troca e fornecimento de materiais e serviços. Quanto à questão “sucesso empresarial”, as empresas submetidas ao estudo consideram ter sucesso no país, apesar de algumas reconhecerem que ainda precisam atingir mais objetivos. No que concerne a “Relação com euro”, a questão “qual a relação que mantem com o euro” três responderam que fazem grandes pagamentos em moeda euro e duas dizem fazer pagamentos em euro e dólar. Quanto a relação com dobra, todas as empresas garantiram que todos os pagamentos internos são efetuados em dobras. Quanto a subcategoria “Relação com âncora cambial”, todas elas dizer ter uma relação positiva e confortável apesar de desajustes macroeconómicos, que são visíveis no país. Consideram *a priori* boa e saudável a paridade fixa, uma vez que terminou com os problemas de flutuação da

taxa de câmbio e também da taxa de juro. O “Impacto” desta medida segundo as empresas, foi eficaz, esperançoso, positivo. Quanto à questão “condições de atração do IDE”, algumas empresas consideram inquietante, frágil e desconfortável assegurando que precisa-se fazer muitos acertos nas infraestruturas, como melhorar condições de transportes, estradas e telecomunicações para captar ainda mais os investidores. Outras consideram graves e débeis, referindo que há que se ter muito cuidado em injetar dinheiro devido às más condições para investir. Ainda assim a maioria das empresas considera que tem visto algumas melhorias, pelo menos, técnicas e acreditam num futuro promissor para o IDE. Quanto a subcategoria “Crise económica internacional”, a nível de empresa consideram que foi sentida de algum modo, já que elas mantêm relações com empresa-mãe ou mesmo com os fornecedores dos países onde a crise foi de facto sentida com maior intensidade. Ainda que vêem a crise como algo muito negativo, estas empresas não foram devastadas pela crise. A nível do Estado e do país em si, as empresas acham que foi bem mais sentida, justificando com projectos mal parados e com a dependência externa do país. Realce-se que a empresa **A C e D** associam a esta justificação instabilidades políticas, referindo que causa alguma ambiguidade na origem dos projetos públicos anteriormente comunicados e que estão parados. Ou seja, ficam sem saber se esta paragem se deve à crise económica e falta de financiamento ou se de facto são consequência de instabilidades políticas que se tem verificado nos últimos dois anos.

Relativamente a questão “Reflexão sobre entrada de novos IDE”, as empresas que fizeram parte do estudo asseguram que tem-se notado um interesse e procura maior nos últimos anos. Atestam que há muita gente interessada em apostar em São Tomé e Príncipe, salientando uma procura extraordinária por parte dos países vizinhos. Para além de algumas empresas considerarem também que a África em si tornou-se num novo destino pra fazer dinheiro, outras consideram que o petróleo em São Tomé fez despertar um interesse enorme, e isso tem pelo menos captado muitos curiosos. No que refere a “análise do IDE e Risco país”, todas as empresas entrevistadas acreditam que existe potencial para desenvolver o IDE faltando apenas aproveitá-lo, consideram também que existe ainda muito por fazer, e sobre o risco país a empresa **A** foi a única que não fez qualquer referência. As restantes empresas limitaram a dizer que existe mas que não é nada que merecesse grandes observações.

Por ultimo “Desenvolvimento económico e perspetiva empresarial”, em que a pergunta era se o desenvolvimento económico poderá passar pelo IDE, a qual uma vez mais houve concordância nas respostas, e todas acreditam que sim. No que concerne á mão-de-obra jovem, é vista pelas empresas como uma mais-valia, e uma vantagem para os investidores e capaz de responder às expectativas de investimento. Mas as empresas C e E salientam o problema de qualificação e formação, insistindo que é algo a ser sempre levado em conta. Relativamente às “Condições de infraestrutura”, as empresas consideram precárias, desencorajadoras, destruturadas, débeis e graves. Quanto a “Capacidade turística” todas as empresas consideram excelentes e que tem tudo mas que precisa ser aproveitada. A capacidade turística é visível e que tem de ser desenvolvida para que possa ser transformada numa renda, pois para estas empresas tem-se que criar condições para se investir neste campo.

5.2 Análise e Resultado das entrevistas aplicada a Banco Central

O Banco Central também concordou em conceder a entrevista mas respondendo perguntas relativas à situação da paridade fixa. Assim, durante a conversa que teve por base o guião previamente elaborado, foi possível obter dados que como as entrevistas feitas a empresas foram categorizadas.

Relativamente ao perfil da instituição (quadro nº20, anexo IV), foi criado em 1992 e possui todas as características de um banco central. É uma instituição independente mas emissor e banqueiro do Estado. É autónomo nas tomadas de decisões das políticas monetárias. Tem como finalidade o controlo da política monetária e cambial e supervisionamento do sistema financeiro.

Ao avaliar o “impacto, expectativa e resultado” da paridade cambial, consideram que o resultado é positivo e que foi a melhor opção para o país. Consideram também que através desta medida poderá o país atingir níveis elevados de desenvolvimento económico.

Sobre a questão “Controlo moeda nacional/captar mais investimento e interesse estrangeiro”, refere que a ideia é aumentar a credibilidade e confiança da moeda nacional, assegurando que a paridade fixa tem ajudado no controlo da inflação e de outras variáveis macroeconómicas. O banco central acrescenta que com as taxas de câmbio controladas e com a inflação cada vez mais baixa, e com o interesse interno de

captar investimento estrangeiro, é normal que comece a suscitar interesses de investimento. Quanto à “Crise económica internacional/euro, moeda modelo”, a instituição justifica dizendo que as consequências de uma crise são sempre delicadas para todos. Ainda assim, consideram o euro moeda modelo, apesar de estar a enfrentar muitas controversas e vão mais longe dizendo que o euro é a moeda de referência e que os problemas do euro vão rapidamente ser resolvidos. Segundo o banco central, a economia mundial está bastante fragilizada e os investidores estão tímidos, mas a África é o novo destino de investimento e o país deve aproveitar a crise nesse sentido. O banco central alega que a crise tem afetado mais os financiamentos públicos. Relativamente aos “desequilíbrios macroeconómicos”, afirmam que esses desequilíbrios são visíveis, mas existe esperança e interesse em ajustar cada vez mais o equilíbrio económico. Para o banco central com a paridade fixa, já não pode usar a taxa de câmbio para interferir diretamente na economia, dizendo que este processo está a cargo do governo, realizando projetos de reabilitação da economia.

No que concerne à “Paridade cambial e à relação com IDE”, a instituição considera que a prioridade do país é conseguir atingir objetivos precisos para desenvolver a economia. “É preciso criar condições e oportunidades de fazer negócio e desenvolver a economia do país”. Pois com a eliminação do risco cambial e não só em todas as operações financeiras com Europa é uma mais-valia para os investidores. Em relação a entrada de investidores, o BC relata que há dois anos tem entrado cada vez mais empresas interessadas no país. Segundo o BC o país precisa captar maior número de investimentos, mas para isso os projetos de desenvolvimento terão de ser concretizados. Quanto ao Desenvolvimento da economia através do IDE, o BC considera que os potenciais requisitos exigíveis para desenvolver uma economia estão a vista e se forem usados eficazmente darão resultados muito positivos. O importante para o banco central é criar emprego para os jovens, abrindo caminho ao investimento estrangeiro. O petróleo poderá para o BC atrair mais e melhores investidores, pois seria um complemento capaz para captar empresas sustentáveis.

5.3 Análise e Resultado das entrevistas aplicada a Camara de Comercio

Finalmente vem a análise de conteúdo das entrevistas realizadas à Câmara de Comércio. Quanto a este sector devo referir que a entrevista efectuada não refere questões relativas a paridade cambial, uma vez que julguei o assunto fora da conjugação desta instituição,

pelo que limitei a questões exclusivas aos assuntos da referida instituição. Relativamente ao perfil da instituição, data de 1991, com objetivo de defender os interesses do país, promove atividades comerciais, industriais, agrícolas, artesanais e outros. Quanto a situação de “pedidos” recebidos na instituição para abertura de empresas, o CC afirma que há muito mais gente, de todos os cantos a procura de informações sobre o processo de abertura de empresas, e também os pedidos aumentaram. Mas uma curiosidade é que tem-se notado uma diferença de tempo entre o pedido de informação e a conclusão do pedido para abrir empresa. Quanto a história do IDE, a informação é que já houve um interesse nos finais dos anos 80, início de 90 mas depois disso houve uma grande estagnação do IDE. Sobre a capacidade de resposta e rapidez no processo, referiu que é rápida, variando entre um a cinco dias, alegando que os processos são tratados com maior brevidade possível. Relativamente a atendimento personalizado (balcão único), este atendimento foi criado com objetivo de tornar menos complicado e menos burocrático o processo de abertura de empresas. No que toca a áreas de investimento/desinvestimentos, a resposta é que são várias as áreas que têm recebido, mas existe uma inclinação para banca, hotelaria e importação. Sobre desinvestimento, a CC afirma que tem sido raras vezes em que acontece.

6. Conclusão

Neste trabalho de investigação foi averiguado o impacto da paridade entre o euro e dobra no investimento direto estrangeiro no contexto da atual crise económica.

Primeiramente foi feita uma análise sucinta das variáveis taxas de câmbio, taxa juro e análise ao sistema monetário e financeiro de STP, seguida da análise do desenvolvimento sustentável, desta feita, educação, saúde e mercado de trabalho e finalmente a situação do IDE naquele país.

Assim, e relativamente as taxas de câmbio euro/dobra, elas mantêm-se fixas desde 2010 (1€/24.500,00 Dbs), tendo como resultado imediato a diminuição da taxa de inflação para cerca de 9% que outrora situava-se entre 16 e 26% (anexo II, tabela nº4). Como o propósito inicial é ajustar a taxa de inflação a inflação da zona euro, as autoridades decidiram fixar a taxa de juro de referência para 14% em Janeiro de 2012, que por sinal era muito variável. Relembre-se que a taxa de juro rondava os 16 a 20% (anexo II, gráfico nº 4, 5 e 6). Quanto ao sistema financeiro são-tomense, ele é pouco desenvolvido e frágil. Mas desde 2007 tem vindo a se desenvolver paulatinamente, já que o Banco Central acredita que um sistema financeiro estável, concorrencial e em expansão incentiva o crescimento económico. Esses progressos situam-se a nível do controlo da liquidez, aumento da banca e do crédito, modernização do sistema de pagamentos, entre outros. No que concerne ao sistema monetário, é todo ele controlado pelo BCSTP, que por sua vez controla e supervisiona as atividades dos bancos comerciais. Pela característica limitada do sistema monetário e forte crescimento do crédito, o BCSTP tem vindo a reforçar as medidas controlo e supervisão dos bancos.

Quanto à situação de emprego no país, a conclusão é que o desemprego é muito alto e afeta na sua maioria a população jovem, uma situação preocupante já que esta faixa etária representa mais que metade da população. Pois a taxa de desemprego rondava os 15,7% em 2010 e a maioria da população empregada não tem qualificações e estavam em trabalhos informais. Apesar disso, os dados confirmam que dos empregados mais de 80% são alfabetizados, o que pode confortar algumas políticas de emprego que vêm sendo desenvolvidas no país.

Por outra, a educação, saúde e turismo apresentam em números e perspectivas resultados muito significativos de evolução e desenvolvimento. O sistema de saúde tem sido devidamente assegurado, pelo que pode-se constatar nos resultados obtidos relativos á

saúde materna infantil, á qualificação dos profissionais, número de centro e postos de saúde e também resultados positivos respeitantes ao processo de irradicação da malária (a incidência da doença em crianças com menos de cinco anos baixou para 34/1000 em 2009, comparativamente a 1273/1000 em 2004). A educação e formação têm atingido uma proporção satisfatória, já que a taxa de matrícula universal atingiu 133,8% em 2011. O turismo foi eleito pelo FMI como sendo uma das áreas potenciais de desenvolvimento para STP, merecendo um tratamento especial na captação do IDE e do turismo rural. Com intuito de desenvolver o turismo no país, o governo tem algumas políticas de captação de turistas, apostando num turismo de qualidade com algum poder de compra.

Relativamente à situação do IDE em São Tomé e Príncipe e através de alguns dados estatísticos considerados, conclui-se que o IDE em STP é ainda muito fraco e verdadeiramente muito pouco desenvolvido. Existem muito poucas empresas devidamente estruturadas, apesar de existir também um grande interesse das autoridades em transformar o IDE numa renda altamente sustentável. Razão pela qual o IDE tem ganho visibilidade no país, o que se deve as várias reformas e políticas de atrair e captar investimento estrangeiro, e a divulgação de exploração de petróleo previsto para 2015.

A partir da aplicação do questionário a Empresas, Banco Central e Camara de Comercio foi possível concluir o seguinte:

a) Empresas

Verificou-se que as cinco empresas entrevistadas apresentam no seu percurso posições muito diversificadas e uma experiencia empresarial, distintas entre elas, que não se torna obstáculo, na concretização de objetivos comuns, que norteiam o seu desempenho, nomeadamente, “afirmação no mercado interno, diversificação de serviços, qualidade, proporcionar um serviço de excelência, ajudar no desenvolvimento e crescimento económico de STP”, etc.

Assim, pode-se dizer que todas as empresas têm um caracter pré-definido e estratégico, estão meramente integrada no mercado interno e não têm graves problemas de risco país. Todas elas fazem transações internacionais em euro, mas algumas estão também associadas ao dólar. Convém referir que todos os pagamentos internos são feitos na moeda nacional (dobra).

Todas as empresas selecionadas para o estudo dizem-se confortáveis com a adoção da âncora cambial, e consideram positivo o impacto dessa paridade no investimento, apesar de mostrarem também alguma preocupação nos desajustes macroeconómicos. Pois expressam vontade de se fazer alterações a políticas macroeconómicas, a fim de conseguir melhores benefícios que a âncora cambial poderá trazer.

Apesar de sentirem-se integrados no mercado são-tomense, as empresas consideram que não há condições estruturais para se investir com ousadia. Ou seja consideram-na muito débeis e sem quaisquer requisitos de infraestrutura para atrair o IDE. Ainda assim algumas dizem que estas condições têm melhorado nos últimos anos.

Sobre a crise económica internacional, mais uma vez as empresas entraram em concordância, ou seja, ainda que pouco, a crise atingiu diretamente as empresas, no que toca a atrasos nos pagamentos, baixa nos serviços, mas segundo as mesmas nada que justificasse grandes alarmes. Já as empresas que prestam serviços ao Estado, falaram de recuo nas obras públicas justificando com a forte dependência externa do país (...) ou a tensão política que se tem verificado há sensivelmente 3 anos.

Um outro ponto analisado neste estudo foi a análise da entrada do IDE pelas empresas. A primeira conclusão é que para as empresas entrevistadas, nos últimos anos tem-se notado um maior interesse dos investidores estrangeiros, exemplificado por algumas a onda de bancos comerciais e hotéis que tem “invadido” o país. Para algumas destas empresas o anúncio da exploração de petróleo para 2015 pode ser a causa principal deste despertar internacional. Uma outra curiosidade é que algumas das empresas notificaram a presença de muitos países da sub-região africana que tem-se interessado em investir no país, o que não se verificava dantes. Apesar de enumerarem por várias vezes os problemas físicos do país para receber o IDE, é que todas elas acreditam num melhor futuro para o IDE em São Tomé e Príncipe. Acreditam na potencialidade do país em conseguir rendibilizar a economia através do IDE, só “falta aproveitar essa potencialidade e a âncora cambial é uma mais-valia para isso”.

Por último, quanto ao desenvolvimento económico e perspetiva empresarial as cinco empresas concordaram que o desenvolvimento económico poderá passar pelo IDE, ou este poderá ser uma grande ajuda no desenvolvimento económico do país, tendo em conta a forte mão-de-obra jovem e disponível. Ainda em relação a este ponto, foi questionado a situação do poder do turismo na captação do IDE, e as empresas

acreditam nesse ramo mas sugerem algum investimento público *apriori*, já que naturalmente existe condições turísticas especiais.

b) Banco Central

Através de entrevista realizada ao Banco Central foi possível concluir que até ao momento os resultados da paridade cambial são deveras positivos, já que se tem atingido o pressuposto inicial (diminuição da inflação e alguma estabilidade macroeconómica). Segundo esta instituição a paridade fixa entre as moedas tem ajudado no controlo da moeda e outras condições macroeconómicas associadas a taxa de inflação. Razão pela qual acreditam que têm captado interesse de investidores internacionais e credibilidade dos parceiros e financiadores externos.

Quanto à situação da crise que a moeda âncora enfrenta, o BCSTP considera que apesar dos problemas que esta moeda enfrenta ainda assim é a moeda modelo para o país, pois acreditam na melhoria desses problemas. Pois fizeram referência ao possível “aproveitamento da situação económica internacional”, alegando que o país deve aproveitar a situação para “trazer” os investidores ao país, já que “a África é agora o novo destino económico e STP não foge à regra, apesar de constatar que a crise afetou negativamente os financiamentos públicos”.

No que diz respeito a desequilíbrios macroeconómicos (Oferta de bens e serviços; Pib; Nível de preços; Consumo; Emprego; Sistema tributário e Carga fiscal, Importação e Exportação), o BCSTP confirma a sua existência e alega que existe interesse e esperança das autoridades em equilibrar cada vez mais as variáveis macroeconómicas. Mas exclui cuidadosamente a sua interferência para o fazer, já que não “pode mexer nas taxas de juro para interferir na economia” (...), transferindo assim a responsabilidade às autoridades através de realização de projetos de reabilitação da economia.

c) Camara de Comercio

A partir das entrevistas efetuadas a CCAIS é possível concluir que existe de facto um departamento específico e especializado no atendimento para abertura de empresas. Este departamento designado “balcão único” que foi criado em 2009 com objetivo de conceber e tornar menos complicado e burocrático o processo de abertura de empresas. É a partir deste balcão que prosseguimos com as entrevistas, a fim de conhecer como se processa o funcionamento do mesmo.

A propósito dos pedidos de abertura de empresas, a informação é que atualmente tem havido mais “gente” interessada nas informações sobre abertura de empresas e nos últimos tempos tem-se verificado mais pedidos. Conforme o CCAIS a diferença de tempo entre o interesse na informação e a concretização do pedido é grande.

Relativamente a história do IDE, nos anos 80/90 houve igualmente interesse para investir no país, seguindo de imediato uma longa estagnação até 2008. Quanto a áreas de investimentos, e segundo o CCAIS são diversas mas recai mais em hotelaria, banca e importação.

6.1 Algumas Implicações e Sugestões para investigações futuras

Do que foi aqui exposto, seria interessante desenvolver outras observações ou investigações no domínio âncora cambial e o seu impacto no Investimento direto Estrangeiro, uma vez que não existe um estudo deste género no país.

- No que toca a este estudo em particular e uma vez que a amostra das empresas (investidores) é pequena, não permitindo generalizar os dados, seria conveniente desenvolver a mesma pesquisa mas alargando-a a fim de se poder validar alguns dos resultados.
- Convém referir que o estudo não foi muito concreto no que concerne ao “impacto da crise económica internacional” relativamente ao Estado e mesmo ao país. Pela opinião das empresas e devido alguns projetos mal parados e a “instabilidade” política, deixa ambíguo se de facto esses projetos têm de ver com a situação política ou a falta de financiamento/investimentos.
- Um outro ponto ao qual merece alguma observação é relativo aos dados descritivos deste estudo, isto é, alguns dados estatísticos em números não estão actualizados. O último censo que foi realizado no país foi em 2012 mas só seria editado e publicado no final de 2013.
- Um possível estudo que se poderá desenvolver a partir desta investigação, seria investigar a âncora cambial noutra vertente, ou seja, confrontar os desequilíbrios macroeconómicos com âncora cambial.
- Um outro estudo que seria interessante na minha perspetiva era investigar quais os melhores sectores para se investir em São Tomé e Príncipe.

7. Referência Bibliográficas

Alarcão Nuno, “*O Turismo como forma de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe*”. Lisboa: [s.n.] 2005. 247p.

Alarcão Nuno, “ O turismo como forma de desenvolvimento para São Tomé e Príncipe”. Lisboa: [s.n.] 2005, pp.13-55.

Aron Raymond (*Montesquieu - “Espírito das Leis”*), “ As Etapas do pensamento Sociológico”. Publicações Dom quixote, 1991. Lisboa, pp 29-79.

Assembleia da Republica, “Código de Investimento, Lei n.º 7/2008”. Boletim Oficial da Assembleia da Republica, 7 de Julho de 2008, pp 1-10.

Bagus, Philipp (2011) “*A Tragedia do Euro*”, Lisboa, Actual Editora. pp 15-33,65,81,175,201.

Bhinda Nils, Martin Matthew, “*Monitorização e análise do Investimento estrangeiro: como criar instituições sustentáveis*”. Londres: Debt Relief internacional. 2005, pp 5,14,25,54.

Boudon Raymond (1990) “Os Métodos em Sociologia”. Lisboa: Edições Rolim pp 43-50.

Bardin Laurence (2003) “L’analyse de contenu”. Paris: Presses Universitaires de France. 1977.

Bardin Laurence “análise de Conteúdo”. Edições 70, Lisboa: Edições 70. Pp 13-17;45,47,129-149.2009

Banco Central de São Tomé e Príncipe (2009): Relatório do Conselho de Administração.

Banco Central de São Tomé e Príncipe (2010): Relatório do conselho de Administração.

Banco central de São Tomé e Príncipe (2011, 2012): Relatório do Conselho de administração.

Banco Central de São Tomé e Príncipe: Boletins Estatísticos. 2010 -2012

Banco Central de São Tomé e Príncipe: Regulamento sobre o Mercado Cambial. 2012

Banco Central de São Tomé e Príncipe “Estatísticas - Gerais sobre Inflação”, 2012.

Banco Central de São Tomé e Príncipe (2005-2008): Relatório do Conselho de Administração.

Bensahel Liliane, Donsimon Myrian, (2001). “*Le tourisme, Facteur de développement local*”. Grenoble: Press Universitaires de Grenoble.

Chesnais François, “Tobin or not Tobin? Uma taxa internacional sobre o capital para apoio aos cidadãos. Porto: Campo da Comunicação 2000, pp19, 59,64,73.

Chesnais François, “As Dividas Ilegítimas – Quando os bancos fazem mão baixa nas políticas públicas”. Editions Raisons d’Agir. 2011, pp 15-158.

Costa Carla Guapo (2005), “A cultura como factor dinamizador da economia. Os investimentos portugueses no brasil”. Universidade Técnica de Lisboa – ISCSP Lisboa, pp 25-33.

Comunidades Europeias, “Relatório sobre a situação em matéria de convergência e respectiva recomendação com vista à passagem à terceira fase da União Económica e Monetária”. 1998 Luxemburgo: Serviços das Publicações das Comunidades Europeias, pp17, 73,96,133.

Cristóvão, João Carlos Aguiar “*O risco-país e sua influência nos fluxos de investimento directo estrangeiro*”. Dissertação de mestrado. Lisboa: Instituto Superior Economia e Gestão, 1999.

Cardoso Manuela “Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, Educação como factores de desenvolvimento”. Edições Afrontamento 2007. Pp 338-365.

Camara de Comercio de São Tomé e Príncipe, “Código de Investimento, 7/2008”. 2008.

Duarte Miranda Netto (1996), “O SME: Estabilidade e crises. Em busca das determinantes Fundamentais da credibilidade do SME, Centro de Informação Jacques Dellors, pp 6,11; 26-33.

Denis Schor Armand “euro – o que é a moeda única? Dom Quixote. 1999, pp 11-17; 78-99, 101,102.

Diário da Republica da Republica (2010), Lei nº 6/2010 que institui o Guiché Único e Lei nº7/2010 que cria regulamento para criação de empresa, 2010.

Foddy, william, “Como perguntar. Teoria e Pratica da construção de perguntas para entrevistas e questionário. Oeiras, Celta editora,1996, pp 190-200.

Ferreira Eduardo, coordenador (2011), “*25 anos da União europeia: 125 reflexões*”. Coimbra, Almedina.

Freedman Charles and İnci Ötker-Robe (2009) ”Country Experiences with the Introduction and Implementation of Inflation Targeting”, IMF Working Paper.

Ferrão F., Elizabeth R., Paula V., “a amostragem como factor decisivo de qualidade”. Lisboa: Edições Sílabo, pp 35-43, 1996.

Guerra Carvalho Isabel (2006) “Pesquisa Qualitativa e análise de conteúdo – sentido e formas de uso”. Estoril: Prinipia, pp 35-39,61-68.

Gannagé Eliaas, “*Theories de l’investissement direct etranger*”. Paris: ed. Economica,1985, pp 7-14,26,40-43.

Gittelman Michelle, Wubneh Mulatu, (1992), Europe and Africa “The New Phase”. Cap. 7. “*Europe and Foreign Direct Investment in Africa*”. London Boulder: Lynne Rienner Publishers 1993. Miranda.

Golden Ian, Winters Alan. “*The economics of sustainable development*”. Cambridge University. 1995.

Gulamhussen. M. A. Marques., F. Áurea (2008), “A Sensibilidade cambial do investimento português no brasil: Estudo de um caso”. Separata da Revista da Banca.

Gulamhussen.M.A, “O Investimento Internacional no Sector da Banca – Uma análise e síntese das principais teorias, e estimação de um modelo econométrico. Lisboa, ed: Horácio Piriquito. 2008, pp72, 74, 117-128.”

Ghiglione, R, Matalon, B., “O inquérito – Teoria e Prática”. Oeiras Celta. 1992 Pp 4-20.

Goldin I., Alan Winters L., “the economics of sustainable development”, Cambridge: Cambridge University, 1995.

Jornal Oficial das Comunidades Europeias. “Tratado de NICE – que altera o Tratado da União Europeia, Tratados que instituem as Comunidades Europeias e alguns actos relativos a esses Tratados”. União Europeia, 2001.

Krugmam Paul (1993), “*Exchange Rate Instability*“. Massachusetts Institute of Tecnology, pp 2-21.

Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé: Lei n.º 8/92 de 3 de Agosto. Boletim Oficial. São Tomé, 3 de Agosto de 1992, pp 1-26.

Leão Emanuel, Leão Pedro, Sérgio Lagoa (2011), “Politica Monetária e Mercados Financeiros”. 266-274.

Louçã F., Mortágua M, “A dividadura : Portugal na crise do Euro”. Lisboa: Bertrand, 2012.

Murteira Mário, *Globalização e Internacionalização* (2003). Quimera editora, pp 26,45,91.

Murteira Mário, “Economia Mundial: a emergência de uma nova ordem global”. Lisboa: difusão cultural. 1995, pp 13-45.

Ministério das Finanças “O impacto do euro na economia portuguesa (1998). Um Estudo Coordenado pela faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, pp 38,44,48.

Munchau Wolfgang (2007) “*Dollar’s last lap as the only anchor currency*”, Financial Times.

Ministério da Educação e Cultura, Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa. Boletim Estatístico. 2006/2007. São Tomé.

Ministério da Educação e Cultura, Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa. Boletim Estatístico. 2007/2008. São Tomé.

Ministério da Educação e Cultura, Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa. Boletim Estatístico. 2008/2009. São Tomé.

Ministério da Educação e Cultura, Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa. Boletim Estatístico. 2009/2010. São Tomé.

Ministério da Educação e Cultura, Gabinete de Planeamento e Inovação Educativa. Boletim Estatístico. 2010/2011. São Tomé.

Ministério das Finanças, “O Euro na Lei- Legislação Comunitária e Nacional relativa à introdução da moeda única”. Edição: Rei dos Livros, 1999.

Montesquieu, Charles. “*De l’esprit des lois*”. Paris: Larousse, 1995. Pp 201-207.

Ministério de Planos e Finanças, “Estratégia Nacional de Redução da Pobreza”. 2002, pp 11, 39-65,119,121.

Organização Agostinho Pereira de Miranda (2003) “Legislação de Investimento Estrangeiro nos PALOP”. Edições 70, pp181-205.

OCDE, “New horizons for foreing direct investment”. Paris: OCDE, 2003.

Organização de Agostinho Pereira de Miranda e Edições 70-2003, (2003) “*Legislação de Investimento Estrangeiro nos Palop*”, pp 181-205.

Pohl Karl Otto (1994) “Floating Rates Anchor an Alliance” NYtimes.

Quivy, R, Campenhoudt, L., “Manual de investigação em ciências sociais” Lisboa Gradiva. 1992.

Reis Victor, “desenvolvimento em Cabo Verde. *As opções estratégicas e o investimento directo estrangeiros, contributo português*”, pp 190-202; 272; 327-388.

Rossa Jean-Jacques “O Euro Europeu”. Publicações Europa – América. 1999, pp 19-30; 70.

Semedo José Luís Mendes “Qual o impacto da política monetária numa pequena economia aberta? : o caso de Cabo Verde”. Tese de Mestrado, Lisboa [s.n] ISCTE-IUL, 2010.

Salavisa Isabel, “Investimento, Inovação e Mutações sociais”. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. 2004, pp 7-23,89.

Sarwat Jahan (2012) “*Inflation Targeting: Holding the Line*”, Finance and Development – IMF.

Swoboda Alexander, Maurice Obstfeld, Paul Masson and Robert Mundel (2000) “*One World, One Currency: Destination or Delusion?*”. Economic Forum, IMF Washington.

Sharan Merriam, “Case Study Research In Education: a qualitative approach”. San Francisco, Jossey-Bass. 1988, pp.5-14, 53-66.

Teixeira Sebastião, Diz Henrique, (2005).“*Estratégias de Internacionalização*”. Lisboa: Publisher Team, pp 21-40, 8194.

Transição para moeda única: A preparação do sistema financeiro português, Política cambial, gestão de reservas e mercados cambiais. Edição: Banco de Portugal, 1999, pp 34-38.

Universidade de Columbia, “ Investors Guide to São Tomé and Príncipe”. Nova Iorque: Universidade de Columbia, 2008, pp1-58.

W. Max Corden (1993) “Exchange Rate Policies for Developing Countries”. Great Britain, The Economic Journal, vol 103, nº 416.

Zarifian Philipe, *Inflação e Crise Monetária* (1978),Editorial Carminho, pp27,49,56,159.

Sítios na Internet

<http://www.africanos.eu/ceaup/index>

<http://www.worldbank.org/pt/country/saotome>

<http://www.imf.org/external/index.htm>

<http://www.ine.cv/forumsine/Paginas/Ficheiros/STP/CNBS-STP>

<http://www.bcstp.st/>

<http://www.africaneconomicoutlook.org>

<http://europa.eu>

Anexos

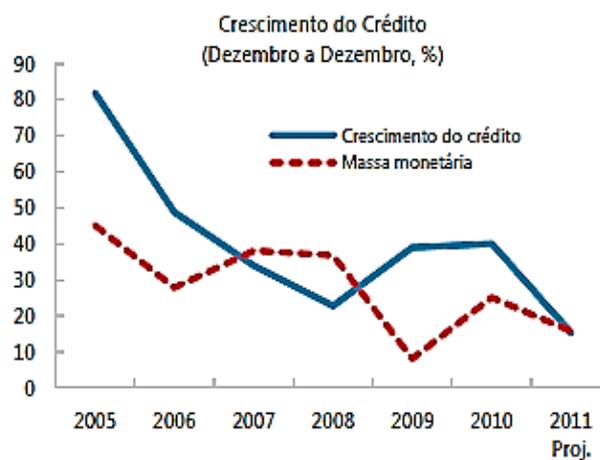
Anexo I

Tabela 1: Evolução da dívida externa de São Tomé e Príncipe 1992-1999

Anos	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Stock da Dívida Externa	172,0	185,4	205,5	238	229,5	238,3	275,7	294
Multilateral	111,1	122,4	142,9	159,3	162,3	162,9	162,3	168,1
Bilateral	60,9	63	62,6	78,7	67,2	75,4	113,4	125,9

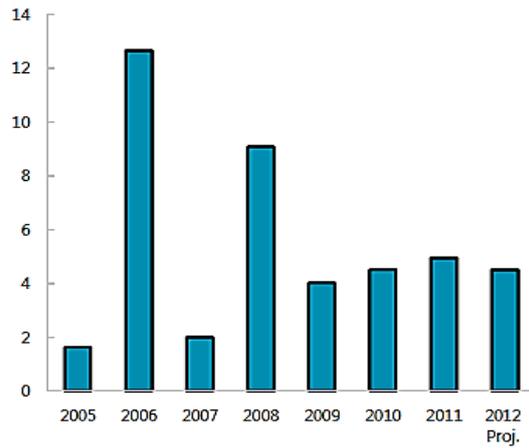
Fonte:

Gráfico nº 1: Crescimento do Crédito



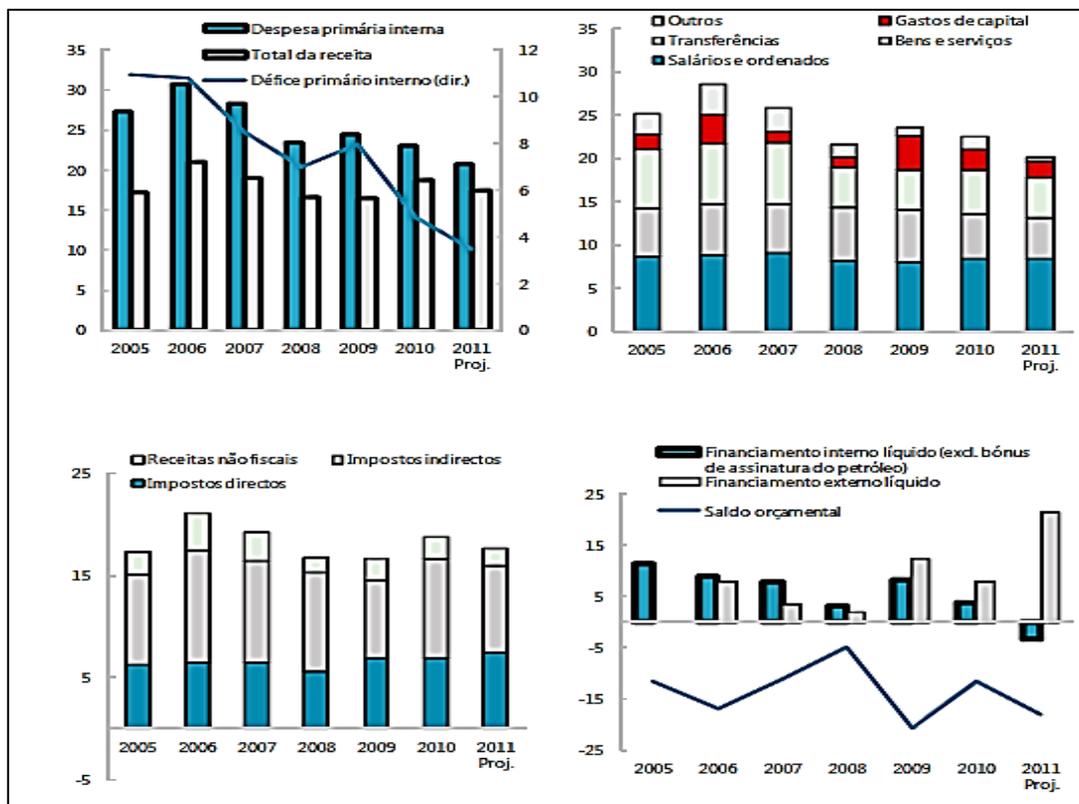
Fonte: FMI, 2011

Gráfico nº 2: PIB Real 2005 – 2012



Fonte: FMI

Figura nº1: Indicadores Orçamentais 2005-2011



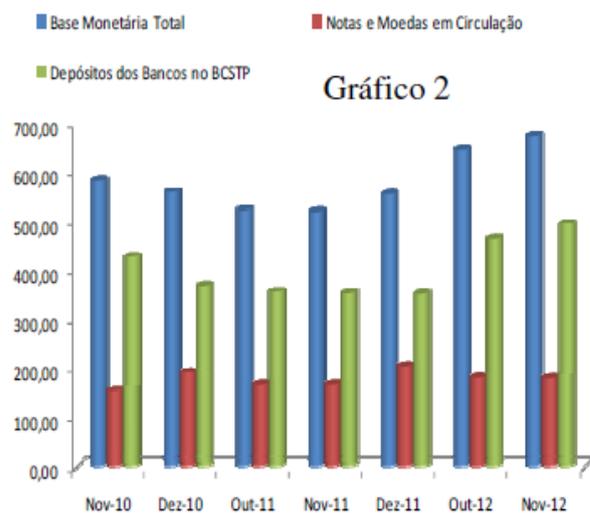
Fonte: FMI, 2010

Tabela nº2: Indicadores Monetários (variações da reservas em valores absolutos)

Indicadores Monetários	%												
	mil milhões de Dobras								Var. Mensal		MENSAL		Var. Acum
	Nov-10	Dez-10	Out-11	Nov-11	Dez-11	Out-12	Nov-12	Nov11/Out11	Nov12/Out12	Nov11/Nov10	Nov12/Nov11	Nov12/Dez11	
Activo Externo Líquido	1106,67	997,54	815,62	790,22	890,89	1056,98	1025,92	-3,11	-2,94	-28,59	29,83	15,16	
Activo Interno Líquido	-499,15	-413,82	-291,27	-268,14	-332,62	-373,41	-307,50	-7,60	-17,65	-46,08	14,25	-7,55	
Crédito Líquido ao Governo	-121,80	-22,83	14,26	62,00	34,61	-71,27	-6,96	334,86	-90,24	-150,90	-111,22	-120,10	
Base Monetária Total	581,73	558,05	521,55	518,24	554,05	646,26	674,82	-0,63	4,42	-10,91	30,21	21,80	
Base Monetária Moeda Nacional	451,68	487,22	450,55	451,24	471,96	557,25	588,58	0,15	5,62	-0,10	30,44	24,71	
Notas e Moedas em Circulação	154,45	190,71	166,56	166,84	203,58	180,27	173,99	0,17	-0,72	8,03	7,27	-12,08	
Depósitos dos Bancos no BCSTP	427,28	367,34	355,00	351,40	350,47	465,99	495,84	-1,01	6,41	-17,76	41,11	41,48	
Reservas Bancárias em Moeda Nacional	297,23	296,51	284,00	284,40	268,38	376,98	409,61	0,14	8,65	-4,32	44,03	52,62	
Reservas Bancárias em Moeda Estrangeira	130,05	70,84	71,00	67,00	82,09	89,01	86,24	-5,63	-3,11	-48,48	28,71	5,05	
Reservas Internacionais Líquidas - milhões US	58,04	52,31	47,48	42,98	23,41	36,68	34,39	-4,50	-2,29	-15,05	-8,59	10,98	
RIL em meses de Importação	5,41	4,88	3,89	3,52	2,71	4,18	3,92	-0,37	-0,26	-1,89	0,40	1,21	

Fonte: BCSTP, 2012

Gráfico nº:3 Evolução da Base Monetária 2012



Fonte: BCSTP

Quadro nº3: Evolução da Taxa de Câmbio (Dobra/Euro) 2012

Período							
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
13.276,77	14.543,00	17.291,66	22.332,81	21.905,07	24.500,00	24.500,00	24.500,00
13193,8	14685,77	16987,3	21651,58	21919,33	24500	24500	24500
13268,40	14687,87	17021,7	21486,95	21839,28	24500	24500	24500
13.340,70	14.363,32	17.583,80	22.106,14	21.939,66	24.500,00	24.500,00	24.500,00
13.177,10	14.487,60	17.258,10	22.551,24	21.936,12	24.500,00	24.500,00	24.500,00
13.144,20	14.211,30	17.752,00	23.286,96	21.940,53	24.500,00	24.500,00	24.500,00
13.384,80	14.453,52	17.595,19	22.960,24	21.939,81	24.500,00	24.500,00	24.500,00

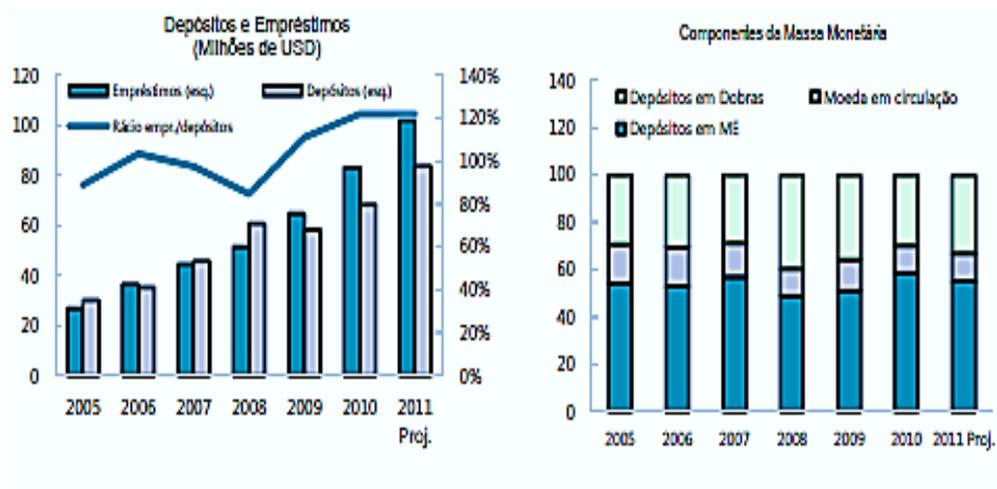
Fonte: BCSTP; 2012

Quadro nº4: Taxa de Inflação Acumulada, Variação em Cadeia e Variação Homóloga

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa inflação acumulada												
2013	0,4	1,1										
2012	0,4	1,0	1,3	2,2	3,6	6,1	7,0	7,6	7,9	8,4	9,1	10,4
2011	0,5	1,4	3,6	5,9	6,8	7,1	7,3	8,1	8,4	8,9	10,0	11,9
2010	0,6	1,4	1,9	2,4	2,7	3,7	5,3	6,2	7,5	8,6	10,7	12,9
2009	0,7	1,6	3,0	4,8	6,7	7,9	8,7	9,3	10,3	11,6	13,7	16,1
2008	1,8	5,7	9,2	11,4	13,2	14,2	17,6	19,2	20,5	21,4	22,8	24,8
2007	1,7	2,8	4,2	5,1	6,3	7,7	9,5	12,4	15,9	18,9	23,3	27,6
2006	2,7	6,5	11,1	16,8	17,4	18,3	19,3	20,6	21,1	21,8	22,8	24,6
2005	2,9	6,1	9,4	10,6	11,1	11,3	11,6	12,1	13,0	14,7	15,8	17,2
2004	1,6	5,1	7,6	8,4	8,9	9,4	9,7	10,2	11,2	12,7	13,9	15,2
Variação em cadeia												
2013	0,4	0,7										
2012	0,4	0,6	0,3	0,9	1,4	2,4	0,9	0,6	0,3	0,5	0,7	1,2
2011	0,5	0,9	2,2	2,3	0,9	0,3	0,2	0,8	0,3	0,5	1,0	1,8
2010	0,6	0,8	0,5	0,5	0,3	0,9	1,6	0,9	1,2	1,0	1,9	2,0
2009	0,7	0,9	1,4	1,8	1,8	1,2	0,7	0,6	0,9	1,2	1,9	2,1
2008	1,8	3,8	3,3	1,9	1,6	0,9	2,9	1,3	1,1	0,8	1,2	1,6
2007	1,7	1,1	1,3	0,9	1,1	1,4	1,6	2,7	3,1	2,6	3,6	3,5
2006	2,7	3,7	4,3	5,1	0,5	0,7	0,9	1,1	0,4	0,6	0,8	1,5
2005	2,9	3,2	3,3	1,2	0,5	0,2	0,3	0,5	0,9	1,7	1,1	1,2
2004	1,6	3,5	2,5	0,8	0,5	0,5	0,3	0,5	1,0	1,5	1,2	1,3
Variação Homóloga 2013/2012	10,4	10,5										
Variação Homóloga 2012/2011	11,8	11,5	9,5	8,0	8,6	10,9	11,6	11,4	11,4	11,4	11,1	10,4
Variação Homóloga 2011/2010	12,8	12,9	14,8	16,7	17,4	16,6	15,1	14,9	13,8	13,2	12,2	11,9
Variação Homóloga 2010/2009	15,9	15,9	14,8	13,4	11,8	11,5	12,4	12,8	13,2	13,0	13,0	12,9
Variação Homóloga 2009/2008	23,5	20,0	17,7	17,5	17,7	18,0	15,4	14,6	14,3	14,8	15,6	16,1
Variação Homóloga 2008/2007	27,7	31,2	33,8	35,1	35,8	35,3	37,0	35,2	32,5	30,2	27,1	24,8
Variação Homóloga 2007/2006	17,7	20,2	16,8	12,1	12,7	13,5	14,3	16,1	19,2	21,6	25,1	27,6

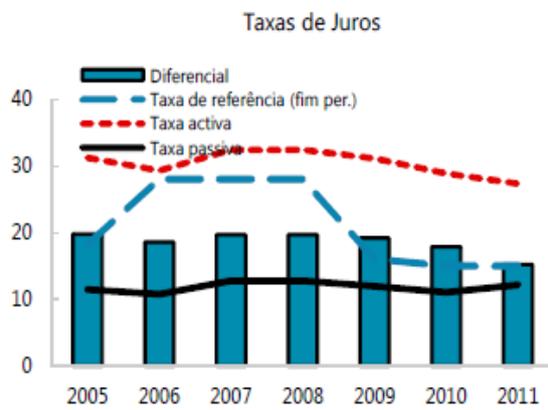
Dados obtidos a partir do BCSTP

Gráfico nº 4: Evolução da moeda e do crédito



Fonte: FMI

Gráfico nº5: Evolução da taxa de Juro 2005-2011



Fonte: FMI

Gráfico nº 6: Taxas de Juro de Referencia 2000-2009

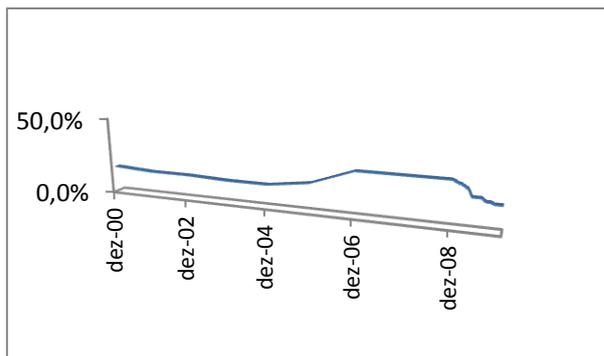
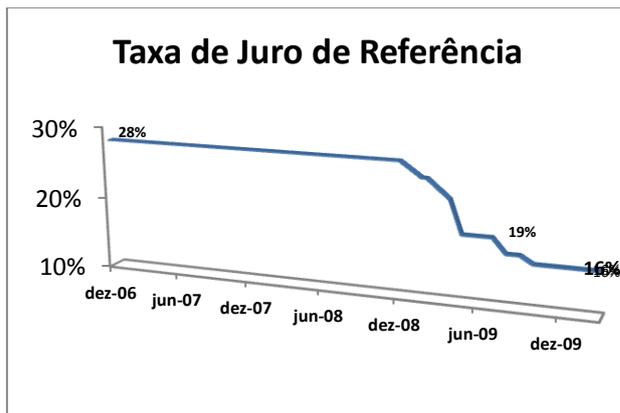
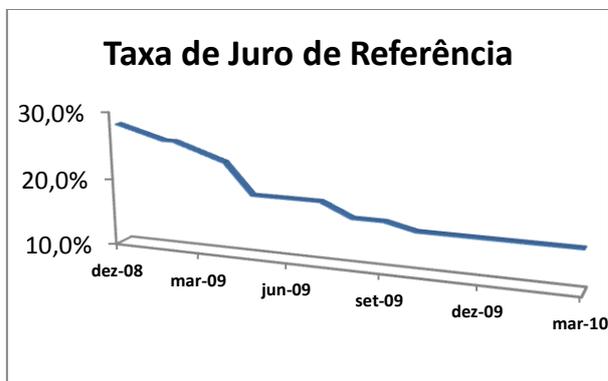


Gráfico nº7: taxas de juro de referência 2006-2009



Fonte: BCSTP

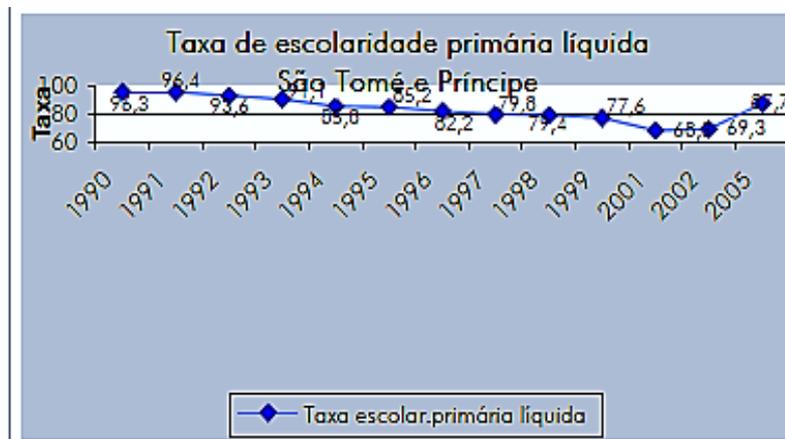
Gráfico nº8: taxas de juro de referência 2008-2010



Fonte: BCSTP

Anexo II - Desenvolvimento Sustentável

Gráfico n°9: Taxas de Escolaridade Primária 1990- 2007



Fonte: Ministério da Educação – STP; 2006

Quadro n°5: Efectivo Escolares 1990- 2007

Anos	Ensino Primário (1ª-4ª Classes)	Ensino Secundário Básico (5ª-8ª Classes)	Ensino Pré- universitário (9ª-11ª Classes)	Total de alunos 5ª-12ª classes
1990/91	20640	Nd	Nd	
1995/96	21010	10277	1764	12 041
1996/97	20502	9167	1925	11 092
1997/98	20287	9625	2189	11 804
1998/99	20608	8886	2258	11 144
1999/00	20258	8405	2267	10 672
2002/03	22491	12318*	1254**	13 572
2004/05	22 721	14 424*	1 335**	15 759
2005/06	22376	15422*	1429**	16 851
2006/07	22800	16115*	1382**	17 497

Fonte: Ministério Educação, INE-STP; 2008⁹

Notas: * integra também a 9ª classe; ** apenas 10ª e 11ª classe

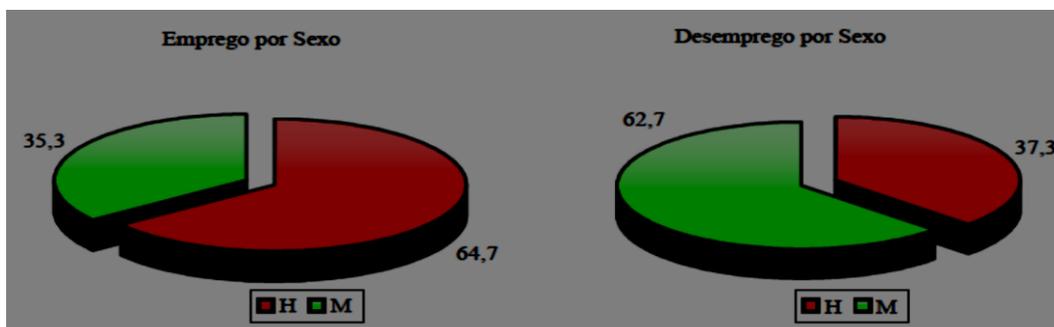
⁹ Centro de Estudos Africanos /PORTO,2008 –“Uma Análise do Sistema Educativo de São Tomé e Príncipe”.

Quadro nº6: População Residente e Repartição da População Activa nas suas componentes

População	Total		Masculino		Feminino		Relação masculinidade
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	
População Residente	137599	-	68236	-	69363	-	98
População Activa Total	52192	100,0	31534	100,0	20658	100,0	153
População Activa Empregada	43980	84,3	28472	90,3	15508	75	184
População Activa Desempregada	8212	15,7	3062	9,7	5150	25	59
Taxa Bruta de Actividade 10+ anos (%)	37,9	-	46,2	-	29,8	-	-
Taxa Bruta de Actividade 15+ anos (%)	36,9	-	44,9	-	28,9	-	-

Fonte: INESTP, 2006

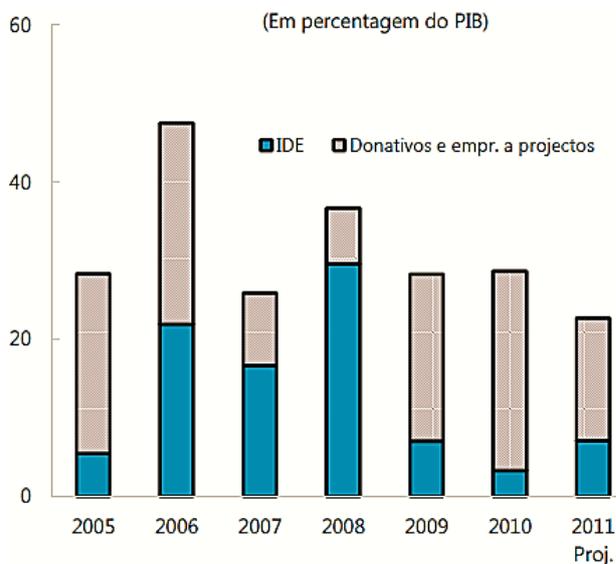
Gráfico nº10: Distribuição da população empregada e desempregada por Sexo



Fonte: INESTP, 2006

Anexo III Investimento Directo Estrangeiro

Gráfico n°11: Investimento e Financiamento Externo



Fonte: FMI, 2011

Quadro n°7: Fluxos de Ide 2006-2011

IDE, 2006-2011 (milhões de USD)						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Fluxos de IDE	38	36	79	16	25	18
Entrada do IDE						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
	3	3	0	0	0	0
Fluxos de IDE/FBCF (%)						
				2009	2010	2011
				11,3	21,3	15,1
						2011
						163

Fonte: Perspectiva Africana 2011

Quadro nº 8: Lista de Investidores em São Tomé e Príncipe¹⁰

Nomes	País	Actividades
Afriland First Bank	Camarões	Banca
Banco Equador	Angola	Banca
Banco Nacional de Investimento	Portugal	Banca
Caixa-Geral depósito	Portugal	Banca
Claudio Corallo	Itália	Cacau/Café
CMA/CGM	França	Transporte
COB-STP	Camarões	Banca
Corema	Reino Unido	Refrigeração
Eco-Bank	Togo	Banca
Flora Speciosa	Portugal	Flores
Grupo Pestana	Portugal	Hotelaria
hotel Phenecia	Líbano	Hotelaria
Island Bank	Nigéria	Banca
Mello Xavier	Angola	Produção Cervejeira
Mota Engil	Portugal	Construção
Oceanic Bank	Nigéria	Banca
Portugal Telecom	Portugal	Telecomunicações
SCD Aviation	Holanda	Turismo/Aviação
SAT Assurances Insurance	Camarões	Companhia de Seguro
Soares da Costa	Portugal	Construção
Sonangol	Angola	Companhia de Petróleo
Ce Kadau	Gabão	Supermercado/Distribuição

* Informação adaptada a partir de Guia Investidores

¹⁰ The Earth Intitute, At University “Guia Investidores para São Tomé e Príncipe”.2008.

Consentimento Informado da Entrevista

Estamos a solicitar a sua participação num estudo sobre a Paridade cambial entre a moeda Dobra (USD) e moeda Euro (EUR).

Este estudo tem como objectivo perceber o impacto da paridade cambial entre as duas moedas no Investimento Directo Estrangeiro (IDE), em contexto da actual crise económica mundial. Para isso solicitamos a sua participação numa entrevista sobre este propósito, mas concretamente, gostávamos que nos contasse o interesse em investir em São Tomé e Príncipe, como tem sido o negocio, se o resultado tem sido espectado, qual a vantagem visível relativamente a paridade cambial.

Esta participação será voluntária, pelo que poderá interromper a entrevista em qualquer momento.

Para assegurar o rigor da análise dos dados recolhidos é desejável proceder a gravação áudio desta entrevista. A gravação pode ser interrompida em qualquer momento se assim o desejar.

Tudo o que disser será estritamente confidencial, pois os resultados serão codificados. Gostaríamos de saber se aceita participar nesta entrevista e se autoriza a gravação da mesma.

Data: 22/04/2013

Assinatura do Investigador

Assinatura do Participante (Empresa)

Quadro nº9: Guião de Entrevista A: Empresa

Tópicos	Objectivos	Questões
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> - Origem, especializações e experiencia; - Área de negócio; 	<p>Fale da história da empresa, se existe uma empresa mãe, ou se apenas formou-a ca em São Tomé?</p> <p>Porquê decidiu investir nesta área e neste país?</p> <p>Houve dificuldades de adaptação? Como tem corrido o negócio, está contente com a escolha que fez?</p>
Caracterização da Empresa/ Projecto	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização da empresa quanto ao espaço, tempo; - Objectivos, Estratégia e Resultados - O público a que se destina; - Garantia dos Serviços 	<p>A que publico se destina?</p> <p>Como se identificam a nível empresarial? É uma empresa de sucesso?</p> <p>Quais os objectivos e estratégias da empresa?</p> <p>A empresa tem correspondido as expectativas iniciais?</p> <p>Tem correspondido os interesses da população? A que público se destina?</p>
Integração	<ul style="list-style-type: none"> - Relações com outras empresas - Relações sindicais - Relações com autoridades 	<p>Existe aqui alguma associação de empresários?</p> <p>Até que ponto sentem que a empresa está de facto integrada?</p> <p>Tem fornecedores residentes, todos os materiais vêm do exterior, ou tem as duas coisas?</p> <p>Qual a relação que mantém com as autoridades? Como classifica o risco-político? E o problema de burocracia?</p>
Relação com euro/dobra	<ul style="list-style-type: none"> - Pagamentos e Contribuições 	<p>Paga prestações em moeda estrangeira? Este pagamento é em dólar ou euro?</p> <p>E qual a relação que a empresa mantém com a moeda nacional?</p> <p>O que pensa da âncora cambial que está em vigor desde 2010? Como avalia o impacto dessa medida? Pensa que essa medida deveria vir acompanhada de outras medidas do vosso interesse? Quais...?</p> <p>Considera esta medida boa para atrair os investidores externos e manter os que já ca estão?</p> <p>Como vê o IDE em São Tomé e Príncipe? Pensa que o país tem potenciais para desenvolver o IDE como uma das principais fontes de rendimento?</p> <p>A crise económica mundial afectou de alguma maneira a vossa empresa? Sentiram de alguma maneira esta crise?</p> <p>O euro teve alguns problemas, ainda assim considera positiva a paridade cambial? Considera o euro uma moeda modelo para STP? A crise económica mundial fez de alguma maneira reduzir</p>

		<p>a entrada de mais IDE e a saída de alguns investimentos?</p> <p>Como classifica o desenvolvimento económico do país? Acredita que tenha potencial para desenvolver o IDE? Acredita na exploração do petróleo como uma mais-valia que possa ajudar a rentabilizar melhor os investimentos?</p>
--	--	--

Quadro nº10: Guião de Entrevista B: Banco Central

Tópicos	Assunto	Perguntas
Perfil	<ul style="list-style-type: none"> - Caracterização da instituição - Objectivos 	<p>Como caracteriza a instituição?</p> <p>Qual o objectivo do BCSTP, estratégia e actividade que desempenha?</p>
<p>Avaliação da Paridade Cambial/euro/Crise Económica Internacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Impacto da adopção da âncora cambial - Classificação da crise e entrada do IDE; - Relação com IDE; 	<p>A relação de paridade entre Dobra/Euro tem atingido as expectativas iniciais? A inflação tem vindo a diminuir, o país está preparado para as consequências desta diminuição?</p> <p>De uma forma geral, qual o balanço que faz até agora? É uma boa medida para o país?</p> <p>O BCSTP está a par dos problemas que o euro e a União Europeia têm enfrentado? Como classifica estes problemas? Eles não interferem na relação cambial? Como a economia de STP poderá ser atingida por IDE vindo da Europa?</p> <p>Qual a relação que pode fazer entre o IDE e a crise económica mundial e como afectou ou tem afectado a economia nacional?</p> <p>Como o BCSTP tem ajustado as variáveis macroeconómicas, já que não pode mexer na taxa de câmbio para reestabelecer a economia, e tendo em conta que existem muitos problemas de desequilíbrio macroeconómico?</p> <p>O anúncio de exploração de petróleo em 2015 fez aumentar os interesses dos investidores externos?</p> <p>É preciso criar ainda mais oportunidade e melhorar as condições para a entrada do IDE com vista a responder a procura de emprego?</p> <p>A paridade cambial tem ajudado na captação do IDE? Ajudará no IDE e consequente desenvolvimento económico de STP?</p>

Quadro nº11: Guião de Entrevista C: Camara de Comercio

Tópicos	Assunto	Perguntas
Perfil	-Caracterização da instituição quanto a: - Objectivos e finalidade	O que é e como Funciona a CC? Quais as responsabilidades da instituição com o IDE? Existe aqui uma repartição especializada para análise do IDE? Como funciona o Balcão Único?
	-Relação com IDE	Com menos burocracia é mais fácil chegar a um acordo, tanto do lado da instituição como da empresa interessada? Considera que já foram criadas melhores condições em termos de exigências e burocracias para incentivar o IDE? Recebem muitos pedidos para abertura do IDE? Consegue fazer uma breve apresentação em termos de números, de como era o pedido IDE em STP há 10 anos?

Guiché Único

Decreto-Lei 37/2009, que cria o Guiché Único para a criação de Empresas (GUE)

Decreto-Lei 6/2009, altera o Decreto – Lei 37/2009, que instituiu o guiché único para as empresas e decreto 7/2010, regulamento do Guiché Único para as empresas.

O governo através do Decreto-Lei n.º 37/09, de 13 de Outubro, criou o Guiché Único:

1. O Guiché único para a criação de Empresas, é um serviço público especial sob tutela do Ministério da Justiça, autorizado a proceder ao registo completo de empresas, bem como efectuar a alteração ou extinção e actos afins.

Quadro nº12: Guiché Único para Empresas - formalidades, procedimentos e documentação necessária:

Nº	O quê?	Onde?	Como	Custo
1	Pedido de Admissibilidade de nome (Firma)	GUE	Através do procedimento de formulário de pedido de admissibilidade e	Grátis

			do nome	
2	Registo, escritura, carta contribuinte Fiscal_NIF, publicado no diário da república	GUE	CERTIDÃO DE Admissibilidade do nome; Estatuto, estatuto em formato digital; Documento de Identificação dos sócios, outras informações e procuração no caso se houver mandatários ou se tratarem de pessoa colectiva acta da assembleia-geral	DTS.5.150.00,00 De 3 a 5 dias Ou DTS. 10.150.000,00 1 dia útil

Quadro nº13: Subcategoria Perfil e Percurso das Empresas

Subcategorias	Empresas				
	A	B	C	D	E
Área de Negocio	Engenharia e Construção Civil, ambiente e serviços, comércio internacional	Hotelaria, restauração e turismo	Banca e seguros	Construção civil, Serviços	Importação, Distribuição e Comercio
Especializações/Experiencia Empresarial	Construção de estradas, escolas, mercados esgotos etc...	Hotelaria, viagens turísticas, bar e restaurantes	Todos os Serviços de banca, investment os, crédito pessoal e empresas	Construção Civil, Transportes e Logística	Comercio a grosso e retalio de bens alimentícios, casa e escritório, entre outros

Quadro nº14: Subcategoria Caracterização da Empresa

Subcategoria	Empresas				
	A	B	C	D	E
Tempo de existência	Mais de 60 anos (15 em São Tomé)	Mais de 50 anos	13 anos	25 anos	30 anos
Objectivo	-qualidade -afirmação Internacional	-qualidade - Serviço de excelência	-crescimento e desenvolvimento do sector	-Qualidade e crescimento -diversificação	-Reconhecimento internacional -Mais

	-diversidade dos serviços	-consolidação no mercado interno	-progressão internacional -fortalecer no mercado são-tomense	Manter a afirmação no mercado interno	reconhecimento interno -diversificar -Explorar cada vez mais
Estratégia	Crescimento, internacionalização e diversificação	Crescimento, internacionalização e expansão	Crescimento e desenvolvimento, Diversificar, expandir e inovar	Crescimento Competitividade e inovação,	Crescimento, expansão e inovação
Publico a que se destina/capacidade de resposta	Empresas, Obras públicas etc..	Publico em geral com especial queda para os turistas	Público em geral	Público em geral	Público em geral
Garantia de serviços	Técnicos especializados	Responsáveis qualificados e monitores	Pessoal qualificado na área	Pessoal qualificado ao serviço	Colaboradores e venda e assistentes

Quadro nº15: Subcategoria Integração empresarial

Subcategoria	Empresas				
	A	B	C	D	E
Associação de empresários	Existe uma harmonia entre empresários sem planificações	Não existe	Não existe	Não existe	Não existe
Interacção com outras empresas	-Relações estáveis -interacção de compra e venda - Fornecimento de serviços	-São bastante as ligações e acordos comerciais -Fornecimento de serviços	-Boas relações comerciais e não só -Troca de serviços	-Mantemos boas relações com as empresas -Temos alguns serviços ou materiais fornecidos por algumas empresas	Existe boa relação comercial com algumas empresas
Sucesso empresarial	-Com certeza	- Consideravelmente	-inicialmente sim mas, queremos atingir muitos outros objectivos	-sim sem dúvida mas queremos fazer muito mais	Foi alcançado

Quadro nº16: Subcategoria Relação com o Euro

Subcategoria	Empresas				
	A	B	C	D	E
Relação com	-fazemos grandes	-trabalhamos	-Temos	Fazemos	-os nossos

Moeda euro	pagamentos internacionais principalmente em euro	directamente com esta moeda	relações com euro e dólar	muitos pagamentos em euro	pagamentos são em euro e dólar
Relação com Moeda nacional (dobra)	- É a moeda oficial, por isso internamente é usado apenas a moeda nacional - Todos os impostos são pagos em dobra	-Tudo que é pagamento interno é usado a moeda nacional	-Usamos para pagamentos internos	-Apesar de se falar muito em dólar e euro, os pagamentos mesmo sendo falado em euro é pago sempre em dobra	-Para pagamentos e depósitos internos são sempre utilizados a moeda nacional

Quadro nº17: Subcategoria Relação com âncora cambial

Subcategoria	Empresas				
	A	B	C	D	E
Relação: Positiva/Negativa	-Tem sido positiva -fazemos grandes pagamentos internacionais e a estabilidade cambial e na taxa de juro é fundamental pra qualquer negocio com estas características -problemas derivados de desajustes nos preços	-Relação boa porque é preventiva e estável	-Inicialmente tende a beneficiar um pouco a nós devido os pagamentos externos que efectuamos	-Tem sido confortável esta relação com paridade fixa entre as duas moedas -conseguimos prever tudo que esteja relacionado com cambio destas moedas a médio e longo prazo - Baixou a taxa de juro	-Ate ao momento é conveniente, apesar de alguns desajustes internos
Impacto	-Interessante, eficaz e positivo	-Notou-se um impacto positivo e afável em relação aos investidores externos	- Tem sido positivo e interessante para os negócios	Positivo	Positivo e Esperançoso
Condições de atracção do IDE	-Ainda um pouco frágil -Precisa de muitos ajustes -Mas parece promissor -Nota-se alguma melhoria	-Tem melhorado consideravelmente -Falta fazer muita coisa -Mas existe algumas qualidades e condições de investimento	-São desfavoráveis mas o interesse em melhorar está a vista -Precisa-se de melhores condições para investir	-Inquietante -Para Contribuirmos como investidores em prol do desenvolvimento económico precisamos de melhores condições para investir	-Tem problemas graves - Há que se ter muito cuidado em injectar dinheiro porque as condições são muito débeis

--	--	--	--	--	--

Quadro nº18: Subcategoria Crise Económica Internacional/Avaliação

Subcategoria	Empresas				
	A	B	C	D	E
Impacto a nível: Empresa	-Foi sentida de algum modo na empresa, apesar de balanços sempre positivos. -Aqui notou-se algum recuo nas obras públicas e em alguns investimentos	-Evidentemente que se sentiu na empresa, notou-se algumas baixas, atrasos em alguns pagamentos etc..	-Sentiu-se a crise mas não foi nada de grandes alarmes, pelo menos para a empresa	-Estamos Muito atentos mas esta crise é muito contagiosa -É sempre negativo o impacto de crises económicas -A empresa está assegurada	-De facto a crise também atingiu a empresa, mas nada que não se restabelesse
Estado	-Quanto ao Estado percebeu-se muita coisa mal parada. - Mas também existe o problema de algumas instabilidades políticas	-Pois é, entende-se que algo mudou porque alguns projectos não têm sido concretizados	-O Estado deve ter sofrido ainda mais com a crise devido a sua dependência externa	-O problema das crises afecta sempre o Estado principalmente este que é muito dependente do exterior - Alguma instabilidade política	-Percebe-se claramente que o Estado tem sentido o peso da crise devido alguns projectos parados -alguma Ineficácia nos projectos de construção
País	- Um pouco visível	-Não se nota claramente, se calhar alguns efeitos colaterais da crise	-devido alguns problemas políticos as coisas ficaram vagas, deverá ser a crise ou mesmo instabilidade política	-Nota-se que houve alguma inquietação no país -Projectos mal parado, mas nada de especial etc	-O problema do país que já é de si delicado, com a crise piorou
Entrada de novos IDE/Reflexões	- Agora que se fala muito de petróleo, de facto parece suscitar muitos interesses de investimentos estrangeiros	- Tem entrado muitas empresas estrangeiras, não só de europa como também da sub-região africana	-Há muita gente interessada em apostar em STP, com a crise internacional o novo destino é Africa	-Tem havido sim algum interesse de algumas empresas -Muitos bancos, hotéis etc... -O IDE se for bem implementado nas políticas governamentais, será claramente um pilar para a economia do país -Existe muita coisa a ajustar mas o risco país	-De facto tem entrado alguns investidores de europa e africa -com exploração de petróleo o país terá que aproveitar todas as oportunidades -O risco país é óbvio, mais há que se estar preparado para o tal. As coisas não são tão más assim
Análise do IDE/Risco País	-IDE ainda é muito fraco mas com grandes perspectivas de crescimento -O país tem potencial para crescer, falta aproveitá-lo	-Tende a melhorar, e poderá vir a ser um grande pilar de desenvolvimento - Existe alguns problemas de intervenção por parte do Estado, mas nada de grave	-É fraco mas poderá vir a melhorar consideravelmente -O IDE é promissor mas existe muito ainda por fazer - O problema de risco país existe em todo lado e STP não é excepção		

				é fraco porque temos muita coisa em comum entre o nosso país e este	
--	--	--	--	---	--

Quadro nº19: Subcategoria Desenvolvimento Economico/Perspectivas empresarial

Subcategorias	Empresas				
	A	B	C	D	E
Passa por IDE	-Acredito que sim, mas há que fazer por isso	-Sim mas do que petróleo pode ser uma possível renda per capita	-Poderá ajudar no desenvolvimento do país	-De alguma maneira pode passar pelo IDE	-O IDE seria uma aposta grande para ajudar o país a crescer
Mão-de-Obra jovem	-É uma mais-valia para atrair os investidores -Seria apenas o problema de logística	-É de facto importante verificar que a mão-de-obra é maioritariamente jovem e activa, e é uma vantagem para os investidores	-Pessoal jovem a disposição é óptimo, mas há que se investir na formação desse pessoal	-Significa pessoal activo e jovem, capaz de responder as expectativas de investimento	-É bom ter pessoal jovem mas os problemas estruturais são muito visíveis, e depois vem o problema de qualificação que precisa ser levado em conta
Condições de Infra-estruturas	-São muito precárias ainda. Se o objectivo é atrair investidores externos, é preciso trabalhar nas infra-estruturas capazes de captar investidores	-Precisa ser muito trabalhada, já que é muito desencorajadora. Há que se trabalhar nos meios de transportes eficazes, comunicações etc..	-São ainda precárias e desestruturada. De facto seria mas do que importante trabalhar e melhora as condições de infra-estruturas	-É importante falar das condições de infra-estruturas, já que é um grande e grave problema de STP. Desde Hospitais, Escolas, centros de formação etc...	-As condições de Infra-estruturas são muito débeis e muito pouco desenvolvidas. É importante trabalhar e muito para melhoria destas condições
Capacidade turística/Clima	-Excelente, só precisa ser melhor aproveitada	-Naturalmente tem tudo, o clima é perfeito, as paisagens maravilhosas etc...há que se aproveitar essas maravilhas para fazer desenvolver a economia do país	-É excelente a capacidade turística e o clima neste país. Tem tudo que se para fazer desenvolver o turismo e transforma-lo numa renda	-tem tudo que se possa imaginar, o turismo só precisa ser visto como uma forma de desenvolvimento económico	-Tem-se que criar condições para se investir nesse campo, porque o turismo é de facto importante e para um país como STP, seria uma mais-valia devido a

					capacidade natural que tem.
--	--	--	--	--	-----------------------------

Quadro nº20: Perfil Banco/Caracterização

Categoria	Subcategoria
Definição/tempo de existência	-Criado em 1992 - É uma instituição independente, mas emissor e banqueiro do Estado
Finalidade	- Orienta, acompanha e fiscaliza sistema bancário -Controlo administrativo, e executa a politica monetária e cambial -Controlo da taxa de câmbio e supervisão do sistema financeiro
Independência	-Autónomo nas tomadas de decisões das políticas monetárias

Quadro nº21: Subcategoria Paridade cambial/Avaliação-Banco central

Subcategoria	Banco Central
Espectativa/resultado/Impacto	-Está a vista -A ideia é atingir níveis elevados de actividade económica e de emprego -muito boa, foi com certeza a melhor opção para o país -tem tido um óptimo resultado, já que tem diminuído continuamente a inflação, e há cada vez mais procura de investidores externo
Controlo nacional/captar investimento e estrangeiro moeda mais interesse	-Pretende-se aumentar a credibilidade e confiança da moeda nacional -a adopção da paridade fixa tem ajudado sim a controlar a moeda e outras condições macroeconómicas do país, já que fazia parte do acordo o equilíbrio macroeconómico. -quando temos a nossa moeda menos flutuável e com inflação a baixar cada vez mais, associado ao interesse interno de captar IDE, o obvio é que os interesses começam a suscitar de todos os lados
Crise Internacional/Euro modelo/IDE Económica moeda	-É moeda modelo, apesar de ter estado a enfrentar muitas controversas. --Ainda assim é uma moeda de referência acredita-se que as coisas com o euro irá se resolver -As consequências da crise internacional é delicada para todos, sejam países desenvolvidos ou não. -A economia mundial está bastante fragilizada e os investidores estão tímidos - Africa é agora o novo destino de investimento e o país terá de aproveitar a crise e receber os que querem investir e ajudar no desenvolvimento económico -Em termos de financiamento, se calhar sentiu-se de forma mais negativa, através de projectos parados por falta de financiamento.
Desequilíbrios macroeconómicos	-Existe desequilíbrios visíveis nas variáveis macroeconómicas -Existe esperança e interesse em ajustar cada vez mais equilíbrio económico -Mais devido a paridade fixa, o banco Central já não pode usar a taxa de câmbio para interferir na economia -Este processo está a cargo do governo, realizando projectos de reabilitação da economia

Quadro nº22: Paridade cambial e a relação com IDE – Banco Central

Subcategoria	Banco Central
Interesse/Objectivos/Paridade cambial	<ul style="list-style-type: none"> -A prioridade do país é conseguir atingir objectivos precisos para desenvolver a economia. -Criar condições e oportunidades de fazer negocio e desenvolver a economia do país -A meta é através da paridade, conseguir ajustar as variáveis macroeconómicas e poder atingir o desenvolvimento sustentado. -Eliminação do Risco cambial em todas as operações económicas e financeiras com Europa e redução de outros tipos de risco
Entrada de investidores	<ul style="list-style-type: none"> -A informação é que há 2 anos tem entrado cada vez mais investidores e projectos externos interessados no país - A concordância geral é que o país consiga captar maior número possível de investimentos estrangeiros e para tal os projectos de desenvolvimento terá de se concretizar
Desenvolvimento da economia através do IDE	<ul style="list-style-type: none"> -É possível falar de desenvolvimento paulatino crescente em STP, apesar de muitos contratemplos -Os potenciais requisitos exigíveis para desenvolver uma economia está a vista, e se forem usados eficazmente darão resultados muito positivos -Importante é criar oportunidades de empregos para os jovens, e isso consegue-se abrindo caminho para investimentos externo -O petróleo poderá abrir caminho para atrair mais e melhores investidores. Seria um complemento para captar empresas sustentáveis ao crescimento de economia

Quadro nº23: Subcategoria Perfil da instituição/funcionamento-Câmara do Comercio

Subcategoria	Camara do Comercio
Perfil/Objectivos /funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> -CCISAS – Camara de Comercio, Industria, Agricultura e Serviços (1991). -Defender o interesse geral do país -Promove actividades comerciais, industriais, agrícolas, artesanais, de serviços, e outras.
Pedidos	<ul style="list-style-type: none"> -Actualmente há mais gente, a procura de informações relativas a normas para abertura de empresas. - Tem havido também muitos pedidos -Existe uma diferença de tempo entre o interesse informativo e a conclusão dos pedidos -Já houve igualmente interesse em criar empresas na década de 80/90, só que depois houve uma estagnação.
Capacidade de resposta/rapidez no processo	<ul style="list-style-type: none"> -Capacidade de resposta é rápida, entre 1 a 5 dias. -O processo é tratado com maior brevidade possível
Atendimento personalizado	<ul style="list-style-type: none"> -Existe no CCIAS um serviço personalizado para tratamento de

(Balcão único)	abertura de empresa -O balcão único foi criado com objectivo de tornar menos complicado e menos burocrático o processo de abertura de empresas
Áreas de investimentos/Desinvestimento	-São várias as área que temos recebido, mas há uma inclinação para banca, importação e hotelaria. Ultimamente é raro recebermos processos de desinvestimentos

Anexo V

Lei n° 7/2009

Código de Investimento

Capítulo I

(Artigo 1º - Objectos)

1. O Código de Investimento tem por objectivo definir o quadro jurídico em que se processam os investimentos ilegíveis ao benéfico de incentivos e garantias na Republica Democrática de S. Tomé e Príncipe;
2. Os investimentos abrangidos pelas disposições deste código, deveram consistir na instalação, reabilitação e expansão da actividade económica que concorram para o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe;
3. As disposições dos presentes código não são aplicáveis aos projectos de investimentos realizados no domínio da pesquisa e extracção de hidrocarboneto a montante da indústria petrolífera e das zonas francas, que se subordinaram a regulamentação especial.

(Artigo 2º - Princípios Fundamentais)

O regime instituído pelo presente Código elege como princípios fundamentais, a igualdade perante a Lei, a liberdade de empreendimento, a livre concorrência, a proibição da concorrência desleal, o tratamento justo e equitativo dos investidores e a sua não discriminação em função de nacionalidade ou residência.

(Artigo 3º - Definições)

- a) Actividade Económica – a produção ou comercialização de bens ou prestação de serviços, de qualquer natureza levadas a cabo, por pessoas singulares ou colectivas em qualquer sector da actividade nacional;

- b) Capital Estrangeiro – contribuição susceptível de avaliação pecuniária, expressa em divisas e entradas no país através de operações cambiais apropriada, que se destina à realização dos objectivos do projecto de investimento;
- c) Capital Nacional – contribuição susceptível de avaliação pecuniária e correspondente às diferentes formas de participação no investimento, através de capitais próprios, de bens móveis e imóveis e direitos incorporados ou a incorporar num projecto de investimento;
- d) Empresa – entidade que, de forma organizada, exerce uma actividade económica e é responsável pela implementação do projecto de investimento;
- e) Investimento Directo Estrangeiro – qualquer das formas de contribuição de capital estrangeiro susceptível de avaliação pecuniária que constitui recurso próprio ou sob conta e risco do investidor estrangeiro, provenientes do estrangeiro e destinado à incorporação no investimento para realização de um projecto de actividade económica através de uma empresa registada em São Tomé e Príncipe e a operar a partir do território nacional;
- f) Investimento Directo Nacional – qualquer das formas de contribuição de capital nacional susceptível de avaliação pecuniária que constitui recurso próprio ou sob conta e risco do investidor nacional, destinado à incorporação no investimento para realização de um projecto de actividade económica através de uma empresa registada em São Tomé e Príncipe e a operar a partir do território nacional;
- g) Investidor Estrangeiro – pessoa singular ou colectiva que pretende realizar investimento directo estrangeiro, nos termos da presente Lei;
- h) Investidor Nacional - pessoa singular ou colectiva que pretende realizar investimento directo nacional, nos termos da presente Lei;
- i) Lucros Exportáveis – a parte de lucros resultantes da actividade de projectos que envolva investimento directo estrangeiro ilegível à exportação de lucros de acordo com a Lei Cambial em vigor, cuja remessa para exterior, o investidor pode efectuar sob sua livre iniciativa, uma vez providenciados o pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado São-tomense e as deduções legais relativas à constituição ou reposição de fundos de reservas;
- j) Período de Mobilização de Recursos – período de 180 dias, a contar da notificação da aprovação do projecto de investimento, concedido ao investidor para iniciar a sua implementação.
- k) Reinvestimento – aplicação, total ou parcial, dos lucros líquidos ou resultantes da exploração, depois do imposto, na expansão, diversificação ou modernização da capacidade instalada.

Capítulo II

Investimentos (artigo 4º)

Áreas Elegíveis ao Investimento Privado

Todas as áreas de actividade económica que, pela sua natureza ou determinação expressa da Lei, não estejam reservadas a exploração exclusiva pelo Estado, constituem áreas abertas ao investimento privado.

(Artigo 5º)

Áreas reservadas à Actuação do Estado

São reservadas a exploração pelo Estados as seguintes áreas de actividade económica:

- a) Produção de armas e munições bem como quaisquer outras actividades produtivas ligadas ao sector militar e paramilitar;
- b) Emissão bancaria e exclusiva do Banco Central.

(Artigo 6º)

Tipos de Investimento

Para efeito do presente Código são admitidos os seguintes tipos de investimentos:

- a) Investimento Directo Nacional
- b) Investimento Directo Estrangeiro

(Artigo 7º)

Valor Mínimo dos Investimentos

Apenas se enquadram no âmbito de aplicação do seguinte Código os projectos de investimentos de valor igual ou superior a EUR 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil euros).

Capitulo III

Garantias (artigo 8º)

Garantia de Protecção da Propriedade Privada

1. O Estado garante aos investidores o direito à propriedade privada.
2. Em caso de utilidade pública, o Estado pode, com o estrito respeito pelas disposições legais aplicáveis, proceder à expropriação da propriedade privada, mediante o pagamento de uma indemnização prévia, justa, adequada e efectiva.

(Artigo 9º)

Garantias Convencionais

As disposições do presente Código não restringem as eventuais garantias e vantagens contempladas em acordos ou tratados internacionais de que a República de São Tomé e Príncipe seja parte signatária ou tenha aderido.

(Artigo 1º)

Outras Garantias

O Estado assegura igualmente aos investidores as seguintes garantias:

- a) Igualdade de tratamento, independentemente da sua nacionalidade, em todas as fases do processamento de investimento;
- b) Direito de transferência de totalidade de capital e dos seus rendimentos, depois de deduzidas as reservas legais e estatutárias e liquidados os impostos devidos, mediante o respeito pelas formalidades legais;
- c) Direito de exportação dos produtos de liquidação dos investimentos realizados.

Capítulo IV

Incentivos (Artigo 11º)

Incentivos e Benefícios

1. Os projectos de investimentos realizados à luz do presente Código beneficiaram dos incentivos fiscais ao investimento previsto na legislação fiscal.
2. Os projectos referidos no número anterior beneficiaram ainda dos seguintes incentivos:
 - a) Facilidades administrativas na concessão de terreno para construção, se for o caso;
 - b) Cedência de exploração de prédios rústicos ou urbanos que sejam propriedade de Estado, e se mostrem adequados à realização do projecto, pelo período de duração deste.

(Artigo 12º)

Irrevogabilidade e Acumulação de Incentivos

1. O Direito ao gozo dos incentivos concedidos nos termos de do nº 2 do artigo anterior é irrevogável durante o período da sua duração, exceptos nos casos em que tenham sido cometidas infracções previstas no presente Código.
2. Os critérios de acesso e perda aos incentivos fiscais ao investimento, a que se refere o nº1 do artigo anterior, são disciplinados pela legislação fiscal.

3. Os incentivos previstos neste diploma são acumuláveis com quaisquer outros de natureza financeira ou outras que venham ser criados em legislação.

Capítulo V

Processo de Candidatura (Artigo 13º)

Apresentação e Aprovação de Projectos

1. Os projectos de investimento devidamente elaborados em cinco exemplares deverão ser depositados no Ministério pelo Planeamento para posterior aprovação.
2. Os projectos de investimento elegíveis ao gozo das garantias e incentivos previstos neste Código, deverão obter autorização expressa das autoridades governamentais, excepto na situação prevista no nº 2 do artigo 15.º, mediante a celebração de um contrato entre as partes.

Requisitos de Candidatura (Artigo 14º)

1. Para beneficiar dos incentivos previstos no capítulo IV do presente Código, os investidores deverão submeter ao Guiché Único ou a uma instituição vocacionada para o efeito um dossier de candidatura contendo os seguintes elementos:
 - a) Formulário de Modelo a ser regulamentado deverá estar devidamente preenchido pelo investidor;
 - b) Plano de investimento e estudo de viabilidade económica do projecto;
 - c) Estudo de impacto do respectivo projecto de investimento, somente para os projectos susceptíveis de produzir os riscos.
2. O formulário a que se refere a alínea a) do número anterior será aprovado por Despacho do Ministro responsável pelo planeamento.

Instrução do Dossier de Estrutura (Artigo 15º)

1. Após a recepção do dossier completo de candidatura com o projecto de investimento, a entidade competente procederá à sua instrução e, no prazo máximo de 45 dias a contar da data da recepção, transmitirá ao investidor, por escrito, a decisão.
2. Decorrido o prazo de 45 dias, se nenhuma resposta for dada ao investidor, considera-se o projecto tacitamente autorizado pelas autoridades governamentais, correndo os subsequentes prazos de acordo com o artigo seguinte.

3. No caso de recusa da candidatura por falta de apresentação ou insuficiência de informação relevante para a sua apreciação, o investidor poderá, querendo, apresentar um outro dossier, contando-se a partir daí o novo prazo de 30 dias para a instrução e decisão.

(Artigo 16º)

Início de Implementação

1. A implementação do projecto deve iniciar-se no prazo máximo de 180 dias a contar da data da notificação da notificação ao investidor da decisão sobre a autorização do projecto.
2. O prazo referido no número anterior poderá ser prorrogado uma única vez pelo Ministro responsável pelo sector do Planeamento, mediante requerimento do investidor, apenas em casos devidamente fundamentados.
3. O requerimento em que o investidor solicita a prorrogação do prazo deverá ser apresentado, sob pena de indeferimento liminar, até 30 dias antes da expiração do prazo estabelecido no nº 1 do presente artigo.
4. Não se verificando do início de implementação do projecto dentro do prazo estabelecido no nº 1 do artigo, nem a prorrogação do referido prazo, a autorização a que se refere o nº 1 caducará de imediato, não produzindo de então em qualquer efeito legal.
5. Para efeitos do presente Código, considera-se implementação do projecto a realização pelo investidor de acções que demonstram inequivocamente o início da realização de investimento.

Capítulo VI

Infracções e Sanções

(Artigo 17º) Infracções

Constituem infracção para efeitos do presente Código:

- a. A não observância do disposto no artigo 22º do presente Código;
- b. O não cumprimento das actividades previstas no quadro do projecto;
- c. A utilização de fundos e recursos destinados a realização do investimento para fins diversos daqueles definidos respectivos no projecto;
- d. A não implementação do projecto dentro do período fixado pela decisão que autoriza a prorrogação do prazo.

(Artigo 18º)

Sanções

Sem prejuízo de outras previstas por Lei, as infracções referidas no artigo anterior estão sujeitas à seguintes sanções:

- a. Perda de direito aos incentivos a que se refere o Capítulo IV do presente Código, pela prática das infracções previstas nas alíneas **a** á **c** do artigo anterior;
- b. Revogação automática de autorização de investimento, pela prática da infracção prevista na alínea **d**) do artigo anterior.

(Artigo 19º)

Aplicação das Sanções

1. É da competência do Ministro responsável pelo sector de Planeamento e aplicação a sanções previstas no artigo anterior.
2. A aplicação de sanções pressupõe a notificação e audição previa do investidor, excepto quanto à prevista na alínea **b**) do artigo anterior.

(Artigo 20º) Recurso

Da decisão do Ministro responsável pelo Planeamento que aplica sanção ao investidor ou que recusa a prorrogação do prazo para a implementação do projecto, cabe recurso para tribunal Administrativo.

(Artigo 21º)

Resolução de Conflitos

1. Os litígios resultantes da aplicação do presente Código, que não possam ser resolvidos por via amigável, ser submetidos às entidades judiciais nacionais, sem prejuízo de recurso a arbitragem.
2. Os diferendos entre o Estado são-tomense e o investidor de nacionalidade estrangeira, relativos aos investimentos autorizados e realizados no país poderão também ser resolvidos, mediante acordo entre as partes por recurso à qualquer forma de arbitragem institucional ou ad-hoc.

Capítulo VIII

Disposições Finais

(Artigo 22º) Obrigações Gerais do Investidor

As entidades promotoras de investimentos realizados ao abrigo deste código, estão sujeitas ao cumprimento do ue nele e demais legislação se prescreve.

(Artigo 23º) Norma Revogatória

1. É revogável a Lei nº13/92, de 7 de Outubro de 1992.
2. Os incentivos concedidos e os contractos celebrados ao abrigo do Código revogado pelo número anterior manter-se-ão validos até a sua extinção, não se podendo acumular os benefícios já acordados ao abrigo do código revogado com os do presente Código.
3. As entidades que beneficiam do antigo regime de incentivos ao investimento, podem optar pela aplicação do regime instituído neste Código, devendo para o efeito, apresentar a candidatura adequada nos termos da Capitulo V.

Nota: poderá Consultar o antigo Código de Investimento através de:

- De natureza fiscal:
 - a) Redução em 50% da taxa da sisa devida pela aquisição ou constituição de direitos de propriedade sobre prédios rústicos ou urbanos integrados no projecto de investimento, desde que estes se destinem única e exclusivamente a instalações comerciais e industriais, serviços administrativos e sociais conexos;
 - b) Redução em 50% da taxa de imposto sobre rendimento nos cinco primeiros anos de vida do projecto, incluindo o ano de arranque;
 - c) Isenção de todas importações aduaneiras devidas pela importação de bens de equipamento, destinados à realização do projecto, desde que tenham sido observadas as disposições constantes deste diploma sobre o período de instalação.
 1. Da natureza financeira: acesso a linha de crédito especiais, nos termos a definir pela instituição bancaria competente, ate ao limite máximo 70% do valor global do investimento.
 2. Outros: cedência de exploração de prédios rústicos ou urbanos que sejam propriedade do estado e se mostrem adequados à realização de projectos, pelo período de duração deste, desde que não comportem consequências prejudiciais de caracter social ou ecológico.

Relativamente a condições de acesso, (artigo 7º):

1. As entidades promotoras de projecto de investimento podem beneficiar dos incentivos previstos desde que:
 - a) Disponham de, pelo menos 30% de capital próprio;
 - b) Disponham ou adoptem contabilidade regularmente organizada;
 - c) Demonstrem possuir uma situação de viabilidade económica e financeira estável ou susceptível de ser conseguida com a realização de projecto;
 - d) Apresentem certidão negativa de dívidas ao Estado e à Segurança social.
2. Exige-se ainda que o estudo de viabilidade do projecto demonstre que:
 - a) Contribui para a criação de postos de trabalho de caracter permanente e seja direccionado à ocupação de mão-de-obra nacional.
 - b) Não tenha sido iniciado o projecto no momento da candidatura, exceptuados os actos de aquisição de prédios destinados à instalação do projecto.
- O artigo 8.º do regime geral, enquadra-se neste regime o investimento definido nos termos do número 1 do artigo 3.º cujo montante global por projecto, seja superior ao valor em dobras equivalente a USD 100 000 e não exceda USD 1000 000.

Os investimentos cujos projectos se enquadram neste regime poderão beneficiar dos seguintes incentivos:

1. De natureza fiscal:
 - a) Redução em 75% da taxa de sisa devida pela aquisição ou constituição de direitos de propriedade no projecto de investimento, desde que esta se destine única e exclusivamente ao exercício de actividades como instalações comerciais e industriais, serviços administrativos e sociais conexos;
 - b) Redução em 50% da taxa de imposto sobre rendimento nos primeiros sete anos de vida do projecto, incluindo o ano de arranque;
 - c) Isenção de todas as imposições aduaneiras devidas pela importação de bens de equipamento destinados à implementação e realização do projecto, desde que tenham sido observadas as disposições constantes deste diploma sobre o plano de importação respectivo;
 - d) Serão passíveis de amortização, num período de 3 anos os gastos suportados com a formação e aperfeiçoamento profissional de pessoal nacional afecto a tarefas relacionadas com o projecto de investimento.
2. De natureza financeira: acesso a linhas especiais de credito a determinar pela entidade competente, ate ao limite de 50% do valor global do investimento.

3. Outros: cedência de exploração de prédios rústicos ou urbanos que sejam propriedade do estado e se mostrem adequados à realização de projectos, pelo período de duração deste, desde que não comportem consequências prejudiciais de carácter social ou ecológico.

Relativamente as condições de acesso (artigo 10.º)

1. As entidades promotoras de investimentos podem beneficiar dos incentivos previstos nesta secção desde que:
 - a) Disponham de, pelo menos 50% de capital próprio;
 - b) Disponham ou adoptem contabilidade regularmente organizada;
 - c) Demonstrem possuir uma situação de viabilidade económica e financeira estável ou susceptível de ser conseguida com a realização de projecto;
 - d) Apresentem certidão negativa de dívidas ao Estado e à Segurança social, quando a constituição da entidade promotora do projecto tenha tido lugar há mais de 90 dias contados da data da apresentação do referido projecto;
 - e) Não tenha sido iniciado o projecto no momento da candidatura, exceptuados os actos de aquisição de prédios destinados à instalação do projecto.
2. As condições de acesso impostas pelo presente artigo não exoneram as entidades promotoras do cumprimento dos requisitos de forma e substancia impostos pela legislação em vigor para os actos, contractos e demais diligencias a efectuar no âmbito dos projectos.
 - O artigo 11.º do regime contratual: enquadra-se neste regime o investimento definido nos termos do número 1 do artigo 3.º cujo montante global por projecto, seja superior ao valor em dobras equivalente USD 1000 000.
 - Ao regime contratual podem candidatar-se as pessoas físicas ou jurídicas promotoras de projectos que, respeitando o limite estabelecido no número anterior, apresentem projectos relevantes na prossecução dos objectivos de desenvolvimento económico e social.

Os investimentos cujos projectos se enquadram neste regime poderão beneficiar dos seguintes incentivos:

1. De natureza fiscal: todos os incentivos previstos para o regime geral, podendo o governo estabelecer, por contrato, prazos ou taxas superiores às fixadas para aquele regime geral sempre que o projecto de investimento se revista de excepcional interesse para a economia nacional.

2. De natureza financeira: acesso a linha de crédito especiais, nos termos a definir pela instituição bancária competente, ate ao limite máximo 25% do valor global do investimento.
3. Outros: todos os incentivos previstos para o regime geral, estabelecendo-se, porem, o limite para os benefícios associados aos gastos efectuados com a formação e o aperfeiçoamento profissional dos empregados nacionais.
4. Nenhum benefício ou incentivo a conceder no âmbito deste regime poderá ser reivindicado se não constar do respectivo contrato administrativo.

Relativamente as condições de acesso (artigo 13.º):

1. As entidades promotoras de investimentos podem beneficiar dos incentivos previstos nesta secção desde que, alem dos requisitos exigidos para o regime geral, cumulativamente observem os seguintes condicionalismos:
 - a) Apresentem um relatório que contemple a análise da implicação macroeconómica bem como outros indicadores económico-financeiros, tradicionalmente utilizados na análise de projectos;
 - b) Apresentem um projecto de contrato administrativo, a submeter à apreciação da entidade competente, onde se fixam os objectivos, as metas, as obrigações e as garantias do projecto, e se enunciem os benefícios pretendidos.
 - c) As entidades promotoras deverão ainda indicar o foro competente para a solução de conflitos, sendo permitida a junção de pareceres técnicos de origem nacional ou estrangeira a fornecer e suportar pela parte que invoque a sua necessidade.

Apesar de fraca capacidade em conseguir reunir condições favoráveis ao aparecimento de capital externo, são Tomé ainda acredita que o desenvolvimento económico passa fundamentalmente pelo canal privado.

Realce-se que após ter entrado em vigor o novo código de investimento de 13/92, citado acima, existe ainda uma proposta recente de alterações de algumas exigências relativa ao mesmo que devido a sucessivas quedas de governos nunca chegou a ser implementada. Em anexo poderá ainda explorar pormenorizadamente o código de investimento são-tomense.